

## Infraestrutura no Distrito Federal e em sua área metropolitana

Projetos apontam soluções para transporte, energia, saúde, saneamento, habitação e mobilidade urbana

Pesquisa da ANTT sobre transporte rodoviário p. 27

Análise de classe de renda no DF e AMB p. 13



### Entrevista Swedenberger Barbosa

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-DF/AMB), motor de desenvolvimento da Área Metropolitana de Brasília



COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

## MISSÃO

Apoiar o Governo do Distrito Federal nas atividades de Planejamento Estratégico, Desenvolvimento Econômico, Social e Urbano, coletando, produzindo e disseminando informações para a tomada de decisões governamental e melhoria contínua da qualidade de vida da população do Distrito Federal e sua região de influência.

Brasília em Debate - Ano 2013 - nº 2 - março  
1. Economia - Planejamento Territorial Distrito Federal (Brasil)  
ISSN - 2316-820X

# Índice

---

<b>Apresentação</b>	<b>4</b>
<b>Carta ao Leitor</b>	<b>5</b>
<b>Entrevista - Swedenberger Barbosa</b>	<b>7</b>
<b>Classes de Renda no DF e em sua Área Metropolitana</b>	<b>13</b>
<b>Idecon-DF</b>	<b>26</b>
<b>Transporte Interestadual Semiurbano no DF e Entorno/GO e a Pesquisa Operacional de 2010</b>	<b>27</b>
<b>Planejamento Urbano, Direitos do Homem e da Natureza</b>	<b>33</b>
<b>Sebrae/DF comemora bons resultados em 2012</b>	<b>39</b>
<b>1º Fórum de presidentes e gestores das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística é promovido pela Codeplan</b>	<b>40</b>
<b>Codeplan promove reunião com prefeitos da AMB</b>	<b>41</b>

---

## Brasília em Debate

Março  
Ano 2013 - nº 2

### GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz - Governador

Nelson Tadeu Filippelli - Vice-Governador

### SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAN

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto - Secretário

### COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL CODEPLAN

Júlio Miragaya - Presidente

#### Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Júlio Miragaya - Diretor

#### Diretoria Administrativa e Financeira

Salviano Antônio Guimarães Borges - Diretor

#### Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

Oswaldo Russo de Azevedo - Diretor

#### Diretoria de Estudos Urbanos e Ambientais

Wilson Ferreira de Lima - Diretor

#### Secretário Geral

Edivan Batista Carvalho - Secretário

### CONSELHO EDITORIAL

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Júlio Miragaya

Oswaldo Russo

Aldo Paviani

Ana Maria Nogales

Décio Munhoz

Roberto Piscitelli

Jusçanio Souza

Iraci Peixoto

#### Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Mariana Mainenti

#### Jornalista Responsável

Valda Queiroz (Reg. Prof.: 426-DF)

valda.queiroz@codeplan.df.gov.br

#### Editoração Eletrônica

Maurício Suda

#### Capa

Maurício Suda

#### Foto da capa

Edsom Leite - Ministério dos Transportes

#### Fotografia

Toninho Leite

#### Mapas

Samuel Menezes de Castro

#### Apoio

Nilva Rios, Eliane Menezes, Mauro Moncaio, Laerte Gouveia,  
Cleusa Rocha, Vânia Galvão e Heloísa Herdy

\* Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores

\* Permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

Companhia de Planejamento do Distrito Federal  
**CODEPLAN**

SAM - Projeção H

CEP: 70.620-000 - Brasília - DF

Tel.: (0xx61) 33421021

www.codeplan.df.gov.br

codeplan@codeplan.df.gov.br

Impressão: Gráfica Saturno  
Pré-Impressão: 2D Gráfica

## Apresentação

A segunda edição da revista Brasília em Debate elegeu como tema central a infraestrutura no Distrito Federal e na Área Metropolitana de Brasília (AMB). A entrevista e um dos artigos abordam esta temática sobre variados matizes, capazes de identificar os principais problemas que afetam o Distrito Federal e seus municípios limítrofes e apontar soluções no curto e médio prazos.

O entrevistado, secretário de Estado-chefe da Casa Civil do Distrito Federal, Swedenberger Barbosa, com ampla experiência administrativa na Secretaria Geral da Presidência da República, aponta soluções a partir da execução de inúmeros projetos para dotar o Distrito Federal de infraestrutura nas áreas de transporte, energia, saúde, educação, habitação e saneamento, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento do Distrito Federal (PAC-DF) e da AMB.

Nesta mesma linha, um dos artigos analisa os dados apurados em pesquisa realizada pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) sobre o serviço de transporte de longa distância, revelando que o DF e sua área metropolitana respondem por 72% da oferta de viagens urbanas interestaduais e por 77% dos passageiros transportados nessa modalidade.

Outro artigo analisa a estratificação social baseada em parâmetros da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e em parâmetros testados pela Codeplan. No contexto de acentuada melhoria na distribuição de renda no país e ascensão econômica de milhões de brasileiros nos últimos 10 anos, trava o debate sobre o real tamanho da classe média no Distrito Federal.

O terceiro artigo versa sobre os problemas ambientais no que concerne à ocupação irregular que, aliados ao descuido com a destinação adequada do lixo e dos esgotos a céu aberto, compromete os recursos hídricos, a fauna e a flora.

Matérias mostram eventos promovidos pela Codeplan, como o encontro com os prefeitos e secretários dos 11 municípios goianos limítrofes ao DF, nossa área metropolitana, e o 1º Fórum de Presidentes e Gestores das Instituições Estaduais de Planejamento, Pesquisa e Estatística, em conjunto com a Anipes, que contou com a participação de 28 instituições de 21 unidades da federação.

Por fim, nosso parceiro Sebrae/DF publica os resultados de 2012, mostrando que o atendimento efetuado pela instituição aumentou em mais de 100% em relação ao realizado há três anos.

# Restrições e oportunidades para o desenvolvimento industrial na Área Metropolitana de Brasília

O Estado Brasileiro, nas décadas de sessenta a oitenta, fase mais importante do desenvolvimento industrial do país, quando teve papel ativo na definição da localização dos investimentos industriais, não dedicou à Região Centro-Oeste a mesma atenção dedicada a outras regiões. Ademais, desde sua fundação, parcela majoritária do orçamento do Distrito Federal tem sido constituída de transferências da União, o que a “dispensaria” de desenvolver um parque produtivo, visando gerar receita própria.

Por essas e outras razões, o Centro-Oeste e Brasília ficaram à margem do processo de desconcentração espacial da atividade industrial, em curso no país nas últimas décadas.

O Centro-Oeste e Brasília, em particular, devem sim, almejar a industrialização, como forma de dar um salto qualitativo em sua estrutura produtiva, e o desafio é capitalizar parte deste processo de realocação da atividade industrial, ainda em curso. Algumas condições para alcançar esse objetivo estão dadas, como o alto grau de escolaridade da população; a variada disponibilidade de insumos industriais e a ampla base produtiva no setor agropecuário regional; a relativa proximidade do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia com o eixo dinâmico da economia nacional, São Paulo e, principalmente, a existência de amplo mercado consumidor (somente a Área Metropolitana de Brasília representa hoje mercado de 3,7 milhões de pessoas, com renda disponível para consumo de cerca de R\$ 100 bilhões, configurando-se como o 3º maior mercado consumidor do país e, se considerarmos o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, este mercado ascende a R\$ 6,5 milhões, com renda disponível para consumo em torno de R\$ 150 bilhões).

Mas se é verdade que algumas condições fundamentais estão dadas, há, ainda, grandes entraves, como a não disponibilização de mão de obra qualificada e, principalmente, infraestrutura insuficiente e precária. Os investimentos realizados no país nos últimos anos, em duplicação de rodovias, novas ferrovias, hidrovias e gasodutos, concentraram-se nas regiões Sudeste, Sul, e mesmo no Nordeste, acentuando as vantagens comparativas locais destas em relação ao Centro-Oeste.

Dessa forma, em relação à malha ferroviária, torna-se vital a ligação de Brasília a dois grandes eixos ferroviários: com a Ferrovia Norte-Sul, que liga o porto de Itaquí (MA) à malha ferroviária do Sudeste e com a

projetada Ferrovia Uruaçu (GO) – Corinto (MG) – Porto de Açu (RJ), que passará próximo ao Distrito Federal. É também de suma importância que o gasoduto Paulínia (SP) – Ribeirão Preto (SP), que está sendo ampliado até Uberaba (MG), seja estendido até o Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, disponibilizando uma nova fonte energética (com reservas imensas no pré-sal) e ampliando a competitividade do “Eixo” na atração de investimentos, notadamente industriais.

Deve-se dizer, com todas as letras, que o argumento de que o Distrito Federal, por sua condição de capital da República, tem vocação apenas como centro prestador de serviços não procede. Não há qualquer incompatibilidade entre o exercício das funções político-administrativas com a atividade industrial, conforme exemplo de inúmeras capitais nacionais com alto grau de industrialização, como Paris, Tóquio, Seul e Moscou. Indústria e serviços não são excludentes, pelo contrário, são complementares. O grande desenvolvimento, nestas metrópoles, de serviços especializados, foi enormemente facilitado pela ampla base industrial existente. São Paulo, maior e mais complexo centro de prestação de serviços do país, não por acaso, é também seu maior centro industrial.

Um exemplo emblemático é Cingapura que, num território oito vezes menor que o do Distrito Federal, produz um PIB industrial 70 vezes maior. E o mais importante é que tal desenvolvimento industrial não resultou em poluição atmosférica e dos recursos hídricos, em face de exigências legais e da utilização de recursos tecnológicos.

A Região Centro-Oeste tende a continuar sendo, pelo menos nos próximos 20 ou 30 anos, a região de melhor desempenho econômico do país, em face notadamente de seu enorme potencial no setor agropecuário (setor em que o Brasil deverá assumir crescente destaque no cenário internacional) e das perspectivas de desenvolvimento a ele associadas, e a industrialização da Área Metropolitana de Brasília pode e deve capitalizar essa vantagem, podendo ser um dos caminhos, senão o principal, para a resolução dos graves problemas que a atingem, como a elevada taxa de desemprego, devendo o governo e a sociedade local se armarem de uma estratégia para a sua efetiva promoção.

**Júlio Miragaya**  
Presidente da Codeplan



# 156, 160 e 162

## Atendimento ao Cidadão

**Ligações gratuitas**

**Horário de funcionamento**

**Segunda a sexta-feira: 7h às 21h**

**Sábados, domingos e feriados: 8h às 18h**

## Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-DF/AMB), motor de desenvolvimento da Área Metropolitana de Brasília

Com vasta experiência na administração pública, o secretário de Estado-chefe da Casa Civil do Governo do Distrito Federal, Swedenberger Barbosa, além de coordenar a gestão do GDF, é responsável pela coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no âmbito do DF. Para o sucesso na execução das obras, ele lista três aspectos fundamentais: legislação e controle, eficiência burocrática e gestão integrada. Ao traçar um diagnóstico do ambiente socioeconômico do país, destaca que o PAC, iniciado no Governo Lula, inova ao “deslocar a discussão do custo de fazer para o de ‘não fazer’, ou seja, sobre o custo de não se dotar o país de uma infraestrutura que lhe permita crescer e gerar renda com distribuição mais justa. Essa lógica é aplicável ao Distrito Federal e está presente na atuação da Casa Civil, com ações que buscam ajustar o arcabouço legal, no âmbito local, de forma a dar segurança ao gestor para utilizar o recurso público e ao mesmo tempo punir práticas ilegais”.

O secretário, que assumiu a Casa Civil em 19 de março de 2012, busca soluções mais rápidas ao envolver e responsabilizar todos os executores relevantes para o sucesso dos empreendimentos. A abrangência dos projetos do PAC estende-se às áreas de saúde, educação, habitação, saneamento e mobilidade urbana. Nesta última, estão previstos três empreendimentos capazes de melhorar a vida de milhares de pessoas em termos de qualidade, segurança e tempo de deslocamento. Trata-se do Expresso DF Eixo Sul, fundamental para as populações do Gama e Santa Maria, com execução de cerca de 20% do total, além do Expresso Oeste e o Metrô.

Na área de saneamento, pavimentação e qualificação de vias, Swedenberger destaca a seleção de mais doze projetos, em um total de R\$ 1 bilhão de novos



investimentos para o Distrito Federal. Esses recursos se somarão aos R\$ 15,49 bilhões do PAC que estão sendo aplicados na capital da República até o fim do próximo ano.

O secretário informa ainda nesta entrevista, concedida ao presidente da Codeplan, Júlio Miragaya, e à jornalista Valda Queiroz, que os investimentos em infraestrutura de transporte e energia são cruciais para o desenvolvimento da AMB e há garantia de que todos os investimentos em geração e transmissão de energia que vão atender às necessidades do DF estão assegurados.

Antes de ocupar o primeiro estafe do GDF, Swedenberger Barbosa era Secretário Executivo Adjunto da Secretaria Geral da Presidência da República. Tem mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília, pós-graduação Lato Sensu em Saúde Pública, pós-graduação Lato Sensu em Saúde Coletiva e graduação em Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atuou na área de Odontologia Social, Bioética e Saúde Coletiva, com abordagem principalmente nos temas: SUS, Saúde Pública, Políticas Públicas.

**BD. De acordo com o Decreto nº 33.722/2012, a Casa Civil do Distrito Federal é responsável pela gestão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no âmbito do Governo do Distrito Federal. Quais são os maiores desafios na gestão deste programa?**

**Swedenberger Barbosa** - Os desafios para a gestão do PAC são aqueles colocados ao gestor para a execução de obras públicas no Brasil. São questões que podemos listar sob três aspectos: legislação e controle; eficiência burocrática e gestão integrada.

Hoje, temos um ambiente socioeconômico típico de um país em pleno desenvolvimento, mas que ainda conta com um arcabouço jurídico e institucional das décadas de 1980 e 1990, quando enfrentávamos um cenário fiscal adverso, permeado por rígidas políticas de controle do gasto público. A situação orientou um regramento legal voltado para o custo do “fazer” e o impacto dos investimentos nas contas do governo. Como consequência, o debate passou a girar em torno de um sistema de controle que interpreta uma legislação que precisa ser adequada às necessidades atuais do País e, no nosso caso, do próprio Distrito Federal.

O mesmo princípio está presente na burocracia que muitas vezes organiza os processos internos, cuja lógica está mais próxima do controle do que da eficiência. Projetos que, para serem analisados e aprovados, passam por dezenas de órgãos e carimbos, levando meses para estarem aptos à implementação efetiva. A sociedade acaba arcando com o custo da lentidão e da defasagem desses projetos.

Diante disso, o PAC deslocou a discussão para o custo de “não fazer”, ou seja, sobre o custo de não se dotar o país de uma infraestrutura que lhe permita crescer e gerar renda com distribuição mais justa. Essa mesma lógica é aplicável ao Distrito

Federal e está presente na atuação da Casa Civil, com ações que buscam ajustar o arcabouço legal, no âmbito local, de forma a dar segurança ao gestor para utilizar o recurso público e ao mesmo tempo punir práticas ilegais. Os processos internos estão sendo revistos, principalmente nos trâmites para a obtenção de financiamento e contratação de obras. Tudo isso por meio do papel articulador e coordenador exercido pela Casa Civil, que busca soluções mais rápidas, envolvendo e responsabilizando todos os executores relevantes para o sucesso de determinado projeto.

**BD. Antes mesmo da assinatura do citado decreto, o senhor discutiu com a esfera federal sobre os investimentos do PAC para o DF. Quais são os principais projetos?**

**Swedenberger Barbosa** - Contamos com empreendimentos do PAC nas áreas de saúde, educação, habitação, saneamento e mobilidade urbana. Em saúde, incorporamos a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, ao apostar em prevenção (Unidades Básicas de Saúde – UBS) e na estrutura para pronto atendimento (Unidades de Pronto Atendimento – UPAs), como forma de amenizar a demanda que chega à rede de média e alta complexidade, com consequente melhoria da qualidade do atendimento da população.

A política educacional é fortalecida com a preocupação com a primeira infância, revertida em uma política orientada para a oferta de uma rede de creches compatível com a demanda. Além de garantir às crianças de 0 a 5 anos de idade o direito à educação e à proteção, permite também à mulher o acesso ao mercado de trabalho em condições de igualdade.

Na área de habitação, a sociedade será beneficiada com os projetos dos Programas Morar Bem e Minha Casa Minha Vida, que preveem a construção de 100 mil unidades

habitacionais até 2014. Em saneamento, além dos projetos em andamento, que somam recursos da ordem de R\$ 600 milhões, o Governo Federal anunciou a seleção de mais sete empreendimentos, incluindo o sistema de abastecimento de água do Paranoá. Este último representa um investimento da ordem de R\$ 400 milhões, sendo uma obra que assegurará o fornecimento de água de qualidade à população do Distrito Federal. Além do saneamento, também foram selecionados cinco empreendimentos de pavimentação e qualificação de vias urbanas. Somados, esses novos investimentos ultrapassam a cifra de R\$ 1 bilhão.

**BD. E na área de mobilidade urbana?**

**Swedenberger Barbosa** - Em mobilidade urbana, três empreendimentos do Distrito Federal foram selecionados no PAC Grandes Cidades: Expresso Sul, com a implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Gama-

*Em saneamento, além dos projetos em andamento, que somam recursos da ordem de R\$ 600 milhões, o Governo Federal anunciou a seleção de mais sete empreendimentos, incluindo o sistema de abastecimento de água do Paranoá. Este último representa um investimento da ordem de R\$ 400 milhões, obra que assegurará o fornecimento de água de qualidade à população do Distrito Federal.*



Santa Maria-Plano Piloto; Expresso Oeste, com a implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Ceilândia-Taguatinga-Plano Piloto, e a expansão e modernização do Metrô. Somados, representam um investimento de R\$ 2,2 bilhões.

As obras do Expresso Sul foram iniciadas em dezembro de 2011, com previsão de conclusão até o fim de 2013. O empreendimento representa um investimento de R\$ 785 milhões e fará a diferença para a vida de aproximadamente 270 mil pessoas, em termos de qualidade, segurança e tempo de deslocamento. A região oeste da cidade será atendida pelo Expresso Oeste com previsão até dezembro de 2016, com investimento de R\$ 725 milhões. As obras do Expresso Oeste contemplam intervenções em algumas das principais vias do DF, como EPIG, ESPM, EPTG e nas Avenidas Central, Comercial e Samdu, em Taguatinga, além de qualificar o acesso à avenida principal do Sol Nascente, em Ceilândia.

Já o Metrô, com o investimento de R\$ 700 milhões, terá seus sistemas de energia, sinalização e telecomunicações modernizados, a extensão total ampliada em mais de 7,8 km e a construção de mais cinco estações. Os benefícios serão percebidos pela população a partir do segundo semestre de 2015, em termos de conforto, segurança e confiabilidade de operação.

Além desses empreendimentos do PAC, mas ainda na área de mobilidade urbana, outros dois grandes projetos serão implementados: Trevo de Triagem Norte (ponte do Bragueto) e a construção da Marginal Torto-Colorado. O primeiro, além de reforma da atual ponte, vai ampliar o número de faixas e distribuir os fluxos de veículos que trafegam na extremidade da Asa Norte pelas vias: Eixo Rodoviário Norte, Eixos Auxiliares W e L, via L2 Norte, L4 Norte e W3 Norte. O segundo ampliará a capacidade de

tráfego entre o Trecho Balão do Torto ao Balão do Colorado, com a construção de novas pistas numa extensão 5.200 metros.

*Os investimentos preveem a implantação do anel rodoviário do DF, a duplicação da DF-180 e da DF-040 e a construção de um ramal ferroviário conectando Brasília à Ferrovia Norte-Sul em Anápolis.*

**BD. O Programa de Governo do então candidato Agnelo Queiroz destacava a necessidade da diversificação da estrutura produtiva do Distrito Federal e área metropolitana e, para alcançar este objetivo, seria necessário ampliar e modernizar a infraestrutura de transportes e energia, propondo a implementação do PAC do DF e AMB. Quais são os principais projetos em pauta no âmbito do PAC do DF e AMB?**

**Swedenberger Barbosa** - A carteira dos empreendimentos que comporão o PAC para a toda a região metropolitana – que beneficiará os municípios do Entorno – ainda está em discussão junto ao Governo Federal. Ela visa a promover a integração de forma a contribuir com as cidades envolvidas, pelo menos, sob dois aspectos: redução de custos com novos acessos e condições apropriadas e redução do volume de tráfego de veículos pesados nas vias internas do Distrito Federal e transporte público de qualidade para a população residente no Entorno que trabalha ou estuda no DF.

Os investimentos em discussão preveem intervenções como a

implantação do anel rodoviário do DF, a duplicação da DF-180 e da DF-040 e a construção de um ramal ferroviário conectando Brasília à Ferrovia Norte-Sul, em Anápolis.

Estão previstos empreendimentos também nas áreas de saúde e educação. Todos sabem que o Distrito Federal acaba sendo um polo de atendimento na área de saúde, já que os municípios vizinhos não dispõem de infraestrutura como a nossa. Isso faz com que nossos hospitais atendam diversas pessoas de fora. Na área de educação não é diferente. Temos, por exemplo, o Centro de Ensino Médio 2 do Gama, que atende a muitos alunos da área metropolitana.

A Casa Civil da Presidência da República está trabalhando nesse projeto, de modo que todos os municípios da área metropolitana possam ter condições de atender sua população com serviços adequados. A orientação da Presidenta Dilma, a partir das seleções do PAC, é contemplar os municípios que têm carência dessas infraestruturas. A partir de mapeamento e cálculo do déficit desses serviços é que são programadas as seleções.

Estamos à disposição para que os municípios aproveitem nossas experiências, podemos ceder projetos na expectativa de que eles tenham condições de oferecer os equipamentos próprios para atender suas comunidades. No encontro de prefeitos, o DF apresentou dois projetos exitosos que são a Carreta da Mulher e o DF sem Miséria.

**BD. Esses projetos são capazes de, a médio e longo prazo, modificar a estrutura econômica da região, consolidando a Área Metropolitana de Brasília (AMB) e, de forma mais ampla, o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia como importante polo industrial e de logística na Região Centro-Oeste?**

**Swedenberger Barbosa** - Os empreendimentos previstos serão

capazes de contribuir para isso, fornecendo a infraestrutura necessária que, aliada a outras políticas – como a industrial, a tributária, a agrícola e de inovação tecnológica – possa, de fato consolidar a região em uma perspectiva de desenvolvimento integrado.

**BD. O Programa de Governo falava também da necessidade de um planejamento integrado entre o DF e o chamado Entorno Metropolitano. Esta diretriz estratégica tem sido implementada?**

**Swedenberger Barbosa** - O desenvolvimento da área metropolitana ou do Entorno metropolitano é uma das diretrizes que tem orientado o planejamento das principais políticas públicas do Governo do Distrito Federal, até mesmo por ser determinante para o próprio desenvolvimento do DF. É uma diretriz refletida em estratégias para o planejamento integrado, em ajustes fiscais e tributários, qualificação de mão de obra e políticas para a diversificação da produção regional.

**BD. Qual o valor dos recursos destinados ao DF e à AMB?**

**Swedenberger Barbosa** - Há 170 empreendimentos no âmbito do Distrito Federal em seis eixos do PAC – Transportes, Energia, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para Todos – com investimentos que somam R\$ 15,5 bilhões no período 2011-2014.

**BD. Quais os projetos que mais avançaram na execução?**

**Swedenberger Barbosa** - Temos projetos na área de saneamento já concluídos, como a implantação da adutora de água tratada do Sistema de Abastecimento de Água Contagem/Paranoazinho, e outros em fase de conclusão, como a recuperação de reservatórios de Ceilândia e Samambaia. As obras da

adutora de água bruta do Sistema Corumbá estão em andamento e, em breve, todo o sistema de água tratada estará em execução.

Na área de habitação, a Vila DNOCS, localizada em Sobradinho, conta com 429 unidades concluídas em fase de escrituração. No âmbito do Minha Casa Minha Vida, está contratada a construção de 18 mil casas, com previsão de outras 33 mil durante o ano de 2013.

Já na área de mobilidade urbana, as obras do Expresso DF Eixo Sul, fundamental para as populações do Gama e de Santa Maria, foram iniciadas em dezembro de 2011, com uma execução de cerca de 20% do total.

*Há 170 empreendimentos no âmbito do DF e AMB em seis eixos do PAC – Transportes, Energia, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para Todos – com investimentos de R\$ 15,5 bilhões entre 2011-2014.*

**BD. No âmbito do DF, o transporte parece ser um dos principais problemas. São 15 ações previstas. Quais são as soluções no curto prazo? Os recursos são suficientes?**

**Swedenberger Barbosa** - O investimento em infraestrutura é uma das condições para o desenvolvimento de qualquer região, e contar com sistemas de transportes em condições compatíveis com as necessidades do DF é uma diretriz que tem se

refletido nas decisões alocativas do Governo. Em transportes, o PAC contabiliza 15 empreendimentos com a aplicação de R\$ 3 bilhões, promovendo intervenções em importantes rodovias, como adequações de trechos da BR 020/DF/GO e da BR 450/DF e a duplicação da BR 060/DF/GO.

**BD. Destes 15, quatro são destinadas ao Aeroporto Internacional de Brasília. O senhor pode nos informar a respeito das obras?**

**Swedenberger Barbosa** - Dos empreendimentos listados, a concessão do Aeroporto de Brasília é uma que está em desenvolvimento, com investimento previsto de R\$ 2,85 bilhões. Os outros empreendimentos estão relacionados ao terminal de passageiros com investimento previsto da ordem de R\$ 10 milhões, sendo que o segundo módulo operacional foi concluído e está em fase inicial de operação. As demais obras para a ampliação do terminal já foram iniciadas.

**BD. A atual oferta de energia é suficiente para suportar a implantação de indústrias de maior porte no DF e em sua área metropolitana?**

**Swedenberger Barbosa** - O suprimento de energia elétrica e a redução de seus custos é uma das prioridades do Governo Federal. Há garantias de que todos os investimentos em geração e transmissão para atender às necessidades do DF estão assegurados. No que diz respeito ao sistema de distribuição da energia, inclusive para o atendimento das indústrias e eventos no DF, o governador Agnelo tem cobrado atenção especial da equipe para que a CEB realize os investimentos necessários. Cabe ressaltar que a CEB foi encontrada em difícil situação técnica e financeira no início da gestão e que muitas das dificuldades enfrentadas hoje se devem a um longo período sem

investimentos. Após um trabalho intenso e integrado do governo, foi aprovada na Câmara Legislativa, em novembro, a lei autorizando o Poder Executivo a contratar operação de crédito para financiar aporte de capital de 160 milhões para a Companhia Energética de Brasília. Esses recursos se encontram no caixa da CEB desde 28 de dezembro. Esse aporte foi resultado de uma operação em tempo recorde que envolveu a União, o GDF e a Caixa Econômica Federal. Ele viabilizará, dentre outros, os investimentos necessários à Copa do Mundo, que somente em 2013 contará com R\$ 120 milhões em obras. Algumas serão entregues no início deste ano – como a Subestação do Estádio Nacional e a Linha de Distribuição de Alta Tensão Samambaia/Brasília Norte – e outras serão concluídas até 2014, como as Subestações do Setor de Autarquias Norte. A população do DF em breve começará a usufruir os efeitos da retomada dos investimentos no sistema de fornecimento de energia.

#### **BD. O senhor pode comentar sobre as políticas de habitação e de saneamento?**

**Swedenberger Barbosa** - A população do Distrito Federal arcou com os custos da falta de uma política habitacional com consequências graves sobre a qualidade de vida, na maioria das vezes, em função de uma ocupação irregular, na ausência de planejamento e atuação do Estado. Nos últimos dois anos, o GDF tem adotado várias iniciativas que delineiam uma nova política habitacional, na qual uma das principais iniciativas é o Programa Morar Bem, que visa ao provimento de solução habitacional completa com infraestrutura e equipamentos públicos; adensamento de áreas urbanas para otimização da infraestrutura implantada e financiamento das unidades habitacionais – casas e apartamentos, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida. A União, no estabelecimento de sua

política de saneamento básico, observa diversas diretrizes, dentre as quais é importante destacar a prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico; a promoção do desenvolvimento sustentável; a utilização de indicadores epidemiológicos para avaliação e implementação de ações, melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública. No DF, adotando as mesmas diretrizes preconizadas pelo Governo Federal, estão em andamento duas importantes iniciativas: as obras do Sistema Produtor de Água - Corumbá e o Projeto Águas do DF, que tem por finalidade a melhoria dos sistemas de drenagem urbana no Plano Piloto, Ceilândia e Taguatinga.

#### **BD. E na área de cidadania, quais os principais projetos?**

**Swedenberger Barbosa** - No Distrito Federal, como em outras unidades da federação, vivenciamos os problemas relacionados ao uso de drogas; superpopulação de menores em unidades de internação, existência de população de rua; falta de adaptação de todos os equipamentos públicos para as pessoas com deficiência e falta de atendimento adequado aos idosos, dentre outros.

O governador Agnelo tem a preocupação de que as políticas sociais se efetivem atendendo às necessidades da população do DF.

Assim, a Casa Civil tem promovido a articulação dos diversos órgãos que têm como atividade fim a promoção da cidadania e oferecemos todo apoio, que vai desde a interlocução com o Governo Federal em busca de parcerias e recursos financeiros à liberação de recursos do DF por meio da Junta de Execução Orçamentária e às proposições de contratação de servidores para áreas que precisem (como as Secretarias de Saúde, da Criança e do Adolescente, de Educação, de Desenvolvimento Social). O papel

*Na área de cidadania vivenciamos problemas relacionados ao uso de drogas; à superpopulação de menores em unidades de internação, à existência de população de rua; à falta de equipamentos públicos para as pessoas com deficiência e ao atendimento adequado aos idosos, dentre outros.*

que exercemos como órgão que se encontra no centro do governo e ao mesmo tempo é um braço administrativo do governador é de facilitar, articular e monitorar as ações.

Fazemos reuniões periódicas com as diversas áreas para um acompanhamento bem próximo. Em alguns casos, fazemos gestão, estabelecemos prazos e cobramos o cumprimento de ações.

Creio que o DF tem tudo para ser um território pleno de cidadania, referindo-me aqui ao projeto que o ex-presidente Lula lançou em 2007. Não é possível promover a cidadania em partes, tendo em vista que ela tem de acontecer sob todos os aspectos nas cidades (Regiões Administrativas), e isso vai desde a promoção da saúde, à oferta adequada de educação e ao acesso à qualificação e emprego. Nos pequenos detalhes percebemos a presença do Estado: na limpeza adequada das ruas, no cuidado com monumentos e na manutenção de áreas de lazer para o cidadão.

Conseguimos avançar muito nas políticas de redução da pobreza com a implantação do DF sem Miséria e, no final do ano passado, aderimos ao

Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, com o programa Crack, é Preciso Vencer. Isso resultará em uma rede articulada de atendimento que envolve diversas áreas do governo, como saúde, assistência social, educação e trabalho. Atuamos para que os equipamentos de saúde e assistência social fossem construídos, que profissionais fossem contratados e capacitados, enfim, acompanhamos cada ação necessária para que o projeto se efetive e resulte em benefício da população.

A Casa Civil do DF e a Secretaria de Governo auxiliaram, em 2012, a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejus-DF) na conclusão e análise do termo de adesão ao programa federal Viver sem Limite, que implementa e intensifica ações para melhorar o acesso das pessoas com deficiência a direitos básicos como educação, transporte, mercado de trabalho, moradia e saúde. O documento está pronto para a assinatura conjunta com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República agora em 2013.

Está sendo criado também o Grupo de Articulação e Monitoramento da Política para Pessoa com Deficiência, que será coordenado pela Casa Civil do DF e pela Sejus.

Mesmo antes da adesão ao Viver sem Limite, a Casa Civil incorporou os conceitos de inclusão e acessibilidade nas ações de governo que acompanha, como as de urbanização, de habitação, de revitalização de prédios históricos e de melhoria do transporte público.

#### **BD. E como tem sido o acompanhamento das ações na “ponta”?**

**Swedenberger Barbosa** - O acompanhamento de tudo isso é fundamental, embora não seja tarefa exclusiva da Casa Civil e sim de todo o governo. Na Casa Civil adotamos, por exemplo, um modelo de ouvidoria diferente, que percorre as

cidades, checa as condições e procura melhorar a situação objeto de reclamação por parte do cidadão.

Sob esse aspecto, a Casa Civil realizou junto às Administrações Regionais um levantamento sobre as condições de conservação e limpeza das cidades. O objetivo é conhecer as necessidades de cada local e, com isso, definir uma alocação eficaz de bens e serviços para a melhoria da qualidade de vida da população. Será um conjunto de ações voltado para a limpeza e a conservação urbana, a construção e a reforma de bens públicos de uso comunitário com acessibilidade para pessoas com deficiência em todas as RAs.

*Adotamos um modelo de ouvidoria que percorre as cidades e procura melhorar a situação em relação às reclamações da população*

#### **BD. E nas áreas de educação e saúde?**

**Swedenberger Barbosa** - Na área de educação, estamos atuando fortemente para acelerar a construção de creches, conforme compromisso do governador. Desde que a Casa Civil passou a atuar para isso, mediante disponibilização de pessoal, reuniões no MEC e no FNDE, estabelecendo diretrizes e estratégias de contratação, conseguimos fazer com que a Secretaria de Educação esteja licitando atualmente 37 creches – algumas com previsão de inauguração em 2013.

Na saúde, estamos acompanhando as obras do PAC como as das Unidades de Pronto Atendimento e das Unidades Básicas de Saúde (Clínicas da Família). Fazemos reuniões conjuntas com o Ministério da Saúde de modo a aproveitar todo o apoio que o Governo Federal

oferece. A partir de diretriz do governador vamos articular as ações necessárias a implantar monitoramento por vídeo nos hospitais da rede, como já existe no Hospital de Base.

Temos trabalhado fortemente para a construção de centros de convivência de idosos, para apoiar as ações da Secretaria da Criança necessárias à desativação do CAJE, entre outras iniciativas.

Para a população de catadores de materiais recicláveis, estamos acompanhando todo o trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Social e, em articulação com o BNDES, poderemos oferecer melhoria de condições de trabalho e construção de galpões. Com recursos do Ministério do Trabalho será ofertada assistência técnica. Os desafios são muitos e o cidadão não pode e não merece esperar.

#### **BD. O que mais o senhor gostaria de acrescentar?**

**Swedenberger Barbosa** - Além dos esforços de articulação e coordenação da gestão do governo, o que tem permitido uma atuação mais integrada do governo com vistas a viabilizar as entregas de bens e serviços à população, é bom destacar que inúmeras inovações na gestão pública vêm sendo implementadas, como a criação da Junta de Execução Orçamentária, alterações na Legislação Orçamentária, implantação do modelo de gestão do PAC e aprimoramento na tramitação de atos normativos do Poder Executivo. Para os próximos dois anos outros aprimoramentos farão a diferença na nossa gestão, como a execução da carteira de Projetos Estruturantes, o aprimoramento da gestão do Orçamento Participativo, dentre outros aperfeiçoamentos nas normas e procedimentos da Administração do DF.

(\*) *Swedenberger Barbosa* é secretário de Estado-chefe da Casa Civil do Governo do Distrito Federal - GDF

## Classes de renda no DF e em sua área metropolitana

*Quem e quantos são os pobres, as classes média e alta no DF e em sua AMB?*

(\*) Júlio Miragaya

(\*) Alisson Silva



Alisson Silva



Júlio Miragaya

O Brasil apresentou nos últimos dez anos expressivos avanços na redução da desigualdade social, assim como da pobreza e da miséria. Melhorou a distribuição da renda entre as classes sociais e milhões de brasileiros saíram da condição de pobreza e de miserabilidade. A atual condição de vida das pessoas que integram a base da nossa pirâmide social é substancialmente melhor que a que havia nos tempos de “reinado” do neoliberalismo em nosso país, quando se encontravam sujeitas à própria sorte.

De fato, o que tem ocorrido é uma substancial melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, ancorada na forte formalização do emprego e no aumento real de quase 80% do Salário Mínimo (SM), que permitiram um expressivo aumento do consumo de bens e serviços,

impulsionado pelo acesso ao crédito e pela redução da taxa de juros. Essa ascensão econômica de grande parte da população brasileira tem gerado um grande debate sobre uma nova classe média brasileira e sobre os limites que definem a classificação das pessoas e/ou famílias em relação às classes de renda a que pertencem.

O propósito deste artigo não é travar uma discussão sobre a conceituação sociológica de classe social ou classe média. Sabe-se que os conceitos mais solidificados, como o marxista e o weberiano, utilizam outros elementos, que não somente a renda, para definir as principais classes das sociedades organizadas no modo capitalista de produção. A definição da classe social<sup>1</sup> e da classe média<sup>2</sup> pode ser vista em Sandroni (2007), em seu Dicionário de Economia do Século XXI.

<sup>(1)</sup> **Classe social:** cada um dos grandes grupos diferenciados que compõem a sociedade. Os critérios para definir-se um grupo social como classe são motivo de divergências. De modo geral, nessa caracterização privilegiam-se fatores socioeconômicos tais como riqueza, apropriação dos meios de produção, posição no sistema de produção, profissão, nível de consumo e origem dos rendimentos, entre outros. Considera-se, ainda, que os membros de uma classe social, além de terem no conjunto os mesmos interesses, tendem a compartilhar valores semelhantes. Para Marx, o que caracteriza uma classe social é sua posição no processo de produção, sua relação com o sistema de propriedade. No capitalismo, ele identificou duas classes sociais principais: burguesia (proprietários dos meios de produção) e proletariado (trabalhadores que vivem de salário)...Outros autores consideram que, atualmente, a hierarquização social se processa no âmbito das diferenças profissionais. Argumentam que a mobilidade social nas modernas sociedades industriais, em decorrência da ampliação das oportunidades, contribuiria para a expansão das camadas médias e para a atenuação dos conflitos de classe, mais próprios do capitalismo passado. Nas pesquisas de mercado, as classes são identificadas pura e simplesmente por estarem dentro de certas faixas (A,B,C,D etc.) construídas a partir dos níveis de renda e de consumo dos indivíduos.

<sup>(2)</sup> **Classe média:** conjunto das camadas sociais situadas entre a burguesia e o proletariado, especialmente o urbano. O processo de desenvolvimento capitalista ampliou significativamente os estratos médios da sociedade atual, que se diversificaram em relação ao trabalho e ao nível de renda. Devido a essa heterogeneidade, costuma-se dividir a classe média em alta, média e baixa. Assim, embora se incluam na classe média os pequenos empresários, atualmente ela é formada sobretudo por profissionais assalariados que trabalham no setor de serviços (saúde, bancos, educação, comunicação) e em funções especializadas do setor industrial.

Pretendemos, essencialmente, testar os intervalos de renda das pessoas/famílias para melhor retratar a realidade socioeconômica das regiões administrativas do DF e dos municípios de sua periferia metropolitana. Dessa forma, o artigo não tem a pretensão de aplicá-los a outras regiões ou às demais unidades federativas do país.

### I. Aplicação dos parâmetros de classes de renda adotados pela SAE/PR às regiões administrativas do Distrito Federal e aos municípios de sua periferia metropolitana

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) estabeleceu os seguintes parâmetros de classes de renda, segundo a renda familiar per capita mensal (Quadro 1). Segundo documento da SAE, o ponto de partida são as linhas de corte que separam a classe média das classes baixa e alta<sup>3</sup>.

Se tomarmos como referência o nível de escolaridade, como entender que 51,8% dos moradores da Estrutural são de classe média ou alta se nada menos que 67,7% dos chefes de domicílios, segundo os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD/DF-2011) sequer cursaram o ensino fundamental?

Se observarmos a posse de automóvel, o bem mais típico para definição da condição de classe média do cidadão brasileiro, como entender que 51,8% dos moradores da Estrutural são de classe média ou alta se apenas 32,3%, dos domicílios, segundo a PDAD, possuem automóvel? (e, provavelmente de marcas populares, com mais de 10 anos de uso e que, em sua maioria, ficam a maior parte do tempo na residência por falta de recursos para abastecê-los com frequência). Já em regiões administrativas tipicamente de classe média, como Brasília, Guará, Vicente Pires e Águas Claras, este percentual oscila entre 77% e 88%.

**Quadro 1: Classes de renda segundo parâmetros adotados pela SAE/PR**

CLASSES DE RENDA	RENDA PER CAPITA MENSAL (1)				RENDA FAMILIAR MENSAL (2)	
	SAE/PR (2012) (R\$)	Em SM (2012)	Em SM (2010)	EM R\$ (2010)	(SM)	(R\$)
MISERÁVEL	Até 81,00	0,13	Até 1/8	Até 64,00	Até 1/2	Até 255,00
BAIXA	81,00 a 291,00	0,13 a 0,47	1/8 a 1/2	64,00 a 255,00	1/2 a 2	255,00 a 1.020,00
MÉDIA	291,00 a 1.019,00	0,47 a 1,64	1/2 a 2	255,00 1.020,00	2 a 8	1.020,00 a 4.080,00
ALTA	Acima de 1.019,00	Acima de 1,64	Acima de 2	Acima de 1.020,00	Acima de 8	Acima de 4.080,00

Fonte: Vozes da Classe Média – SAE/PR. Elaboração: Codeplan

(1) SM de 2012 (R\$ 622,00) e SM de 2010 (R\$ 510,00)

(2) Considerando família padrão com 4 pessoas

Constatou-se, ao se aplicar os parâmetros referentes à renda utilizados pela SAE aos dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, relativos às regiões administrativas que integram o Distrito Federal, que os resultados não refletem com exatidão a realidade social dessas regiões.

Segundo os parâmetros da SAE, por exemplo, 51,8% dos moradores da Estrutural são de classe média e alta (48,5% são de classe média e 3,3% pertencem à classe alta), enquanto a minoria (48,2%) pertence à classe baixa ou são miseráveis (46,1% na classe baixa e 2,1%, miseráveis), conforme mostra a Figura 1, panorama que a realidade local certamente não confirma.

**Figura 1: Distribuição da população por classes de renda segundo parâmetros adotados pela SAE/PR: RA Estrutural**

CLASSES DE RENDA (Em %)	
MISERÁVEL	2,06
BAIXA	46,13
MÉDIA	48,47
ALTA	3,34

Quanto à posse de outros bens, também definidores da condição de classe média do brasileiro, como entender que 51,8% dos moradores da Estrutural são de classe média ou alta se apenas 41,5% possuem máquina de lavar roupa; 36,2% possuem linha telefônica fixa; 33,7% possuem forno de micro-ondas, se esses percentuais em Brasília, Águas Claras, Cruzeiro ou Guará oscilam entre 80% e 95%?

Em relação ao acesso a bens e serviços contemporâneos, ainda melhor definidores da condição de classe média do brasileiro, como entender que 51,8% dos moradores da Estrutural são de classe média ou alta se apenas 6,1% dos domicílios têm televisão de plasma/LCD; 3,7%, notebook; 1,4%, TV por assinatura, e 0,4%, empregada doméstica, se em Brasília ou no Jardim Botânico esses percentuais oscilam entre 65% e 85%?

Por fim, deve ser destacado que o acesso a serviços privados de saúde e de educação tem sido uma das características que distinguem a classe média em nosso país.

Observamos, contudo, que, na Estrutural, apenas 3,44% dos moradores têm planos de saúde, empresarial ou individual. A situação não é diferente no Varjão (3,23%),

<sup>3</sup> No Brasil, esses limites de renda em valores monetários atuais são R\$ 291,00 e R\$ 1.019,00 por cada pessoa da família ao mês. Isso significa que são considerados membros da classe baixa ou miseráveis aqueles com renda familiar per capita inferior a R\$ 291,00 ao mês; pertencem à classe média os que apresentam renda familiar per capita entre R\$ 291,00 e R\$ 1.019,00; e acima de R\$ 1.019,00, à classe alta. De acordo com essa classificação, hoje, 28% da população brasileira pertence à classe baixa; 52%, à classe média e 20%, à classe alta.

Itapoã (3,35%) ou Paranoá (6,31%). Já nas regiões administrativas reconhecidas predominantemente de classe média, a situação é radicalmente distinta. Em Águas Claras, os que têm plano de saúde representam 63,70% da população, sendo este percentual ainda mais elevado no Jardim Botânico (78,33%), em Brasília (80,76%) e no Sudoeste/Octogonal (86,87%).

Em relação à educação, apenas 3,71% dos estudantes da Estrutural têm matrícula em escolas privadas, percentual pouco maior em Itapoã (5,78%), Varjão (6,44%) ou São Sebastião (13,16%). Já nas regiões administrativas tipicamente de classe média, esses percentuais são muito maiores: Brasília (67,16%), Águas Claras (71,59%) e Jardim Botânico (71,65%). Também em Vicente Pires (66,56%), Cruzeiro (57,76%) e Guará (52,49%), o contingente de estudantes na rede privada supera os matriculados na rede pública.

Aplicando-se os parâmetros da SAE a uma outra região administrativa do DF, o Guará, que o senso comum aponta como uma região tipicamente de classe média pelo padrão de vida e perfil de consumo de sua população, os resultados são também surpreendentes. Nada menos que 63,6% dos seus moradores são classificados de classe alta. Tal percentual é mais de duas vezes superior ao dos classificados como classe média (31,4%), conforme mostra a Figura 2.

**Figura 2: Distribuição da população por classes de renda segundo parâmetros adotados pela SAE/PR: RA Guará**

CLASSES DE RENDA (Em %)	
MISERÁVEL	0,26
BAIXA	4,70
MÉDIA	31,46
ALTA	63,59

A aplicação dos parâmetros da SAE nos municípios da área metropolitana geraram resultados ainda mais surpreendentes. Se analisarmos o caso de Águas Lindas de Goiás, o mais empobrecido entre todos os municípios da periferia metropolitana do Distrito Federal, observa-se que o percentual classificado como classe média e alta é nada menos que 64,4%, quase o dobro dos que são classifi-

cados como classe baixa ou miseráveis, conforme mostra a Figura 3.

A aplicação dos parâmetros da SAE/PR às demais regiões administrativas do Distrito Federal e aos demais municípios de sua periferia metropolitana apresentaram resultados semelhantes, ou seja, dissonantes da realidade socioeconômica existente.

**Figura 3: Distribuição da população por classes de renda segundo parâmetros adotados pela SAE/PR: Município de Águas Lindas de Goiás**

CLASSES DE RENDA (Em %)	
MISERÁVEL	1,38
BAIXA	34,21
MÉDIA	58,91
ALTA	5,50

## II. Parâmetros formulados pela Codeplan

Em face dos resultados apurados, a Codeplan resolveu fazer algumas simulações, adotando linhas de corte distintas das adotadas pela SAE.

Em relação à linha de corte que melhor expressaria, no Distrito Federal e na AMB, a separação entre classe baixa (pobres) e classe média, adotou-se o valor calculado pelo Dieese como o salário mínimo necessário<sup>4</sup> para o sustento de uma família padrão, composta por quatro pessoas (pais e dois filhos), estipulado em julho de 2012 em R\$ 2.519,97 (4,05 salários mínimos oficiais), correspondente a 1,01 salário mínimo oficial per capita. Em julho de 2010 (período de realização do Censo Demográfico de 2010), foi estipulado em R\$ 2.001,03, equivalente a 3,92 salários mínimos oficiais (R\$ 510,00) ou 0,98 salário mínimo oficial per capita.

Em relação à linha de corte que melhor expressaria, no Distrito Federal e na AMB, a separação entre classe média e alta (ricos), foi arbitrada em 5 salários mínimos oficiais per capita, correspondente a 20 salários mínimos oficiais para uma família padrão composta por quatro pessoas.

Quanto à linha de corte que separa a classe baixa (pobres) e os em situação de miséria, foi considerada a mesma da SAE, ou seja, abaixo de 1/8 do salário mínimo

<sup>4</sup> **Salário Mínimo Necessário:** A constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, define o salário mínimo como aquele afixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas (do trabalhador) e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo (Constituição Federativa do Brasil, art. 7º - IV). Para calcular o Salário Mínimo Necessário, o Dieese considera o preceito constitucional de que o salário mínimo deve atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família e que é único para todo o país. Usa como base também o Decreto lei 399, que estabelece que o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica Nacional. A família considerada para o cálculo é composta por 2 adultos e 2 crianças, que por hipótese, consomem como 1 adulto. Utilizando-se o custo da maior cesta, dentre as 16 capitais que pesquisam a Cesta Básica Nacional, e multiplicando-se por 3, obtém-se o gasto alimentar de uma família. A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo Dieese, no município de São Paulo em 94/95 demonstra que a alimentação representa 35,71% das despesas das famílias do Estrato 1. Comparando-se o custo familiar da alimentação (a maior razão multiplicada por 3), com a parcela orçamentária das famílias de baixa renda (35,71%), pode-se inferir o orçamento total, capaz de suprir também, as demais despesas como habitação, vestuário, transporte etc.

oficial. Foi, contudo, estabelecida uma quinta classe de renda, entre 1/8 e 1/4 do salário mínimo oficial per capita, classificada como muito pobre (rendimento familiar entre 1/2 e 1 salário mínimo oficial, para uma família composta por quatro pessoas, ou entre 1/8 e 1/4 do salário mínimo proposto pelo Dieese).

O Quadro 2 apresenta as classes de renda adotadas pela Codeplan. Nos três casos anteriormente citados (Estrutural, Guará e Águas Lindas de Goiás), a aplicação dos parâmetros adotados pela SAE e pela Codeplan apresentariam as seguintes situações, expressas nas figuras 4, 5 e 6.

### III. Comparação dos resultados

O Quadro 3 compara os parâmetros adotados pela SAE e pela Codeplan.

Já o Anexo I apresenta, na forma de figuras, a distribuição da população segundo classes de renda dos resultados apurados com a utilização dos parâmetros da SAE e da Codeplan para as 30 RAs do DF e para os 11 municípios que compõem a periferia metropolitana de Brasília. Apresenta também o resultado para todo o DF e o conjunto dos municípios da periferia metropolitana.

**Quadro 2: Classes de renda segundo parâmetros formulados pela Codeplan**

CLASSES DE RENDA	RENDA PER CAPITA MENSAL		RENDA FAMILIAR MENSAL	
	(SM)	(R\$)	(SM)	(R\$)
MISERÁVEL	Até 1/8	Até 64,00	Até 1/2	255,00
MUITO POBRE	1/8 a 1/4	64,00 a 128,00	1/2 a 1	255,00 a 510,00
BAIXA/POBRE	1/4 a 1	128,00 a 510,00	1 a 4	510,00 a 2.040,00
MÉDIA	1 a 5	510,00 a 2.550,00	4 a 20	2.040,00 a 10.200,00
ALTA	Acima de 5	Acima de 2.550,00	Acima de 20	Acima de 10.200,00

Fonte: Codeplan. Elaboração: Codeplan

**Figura 4: Distribuição da população por classes de renda segundo parâmetros adotados pela SAE/PR e pela Codeplan: RA Estrutural**



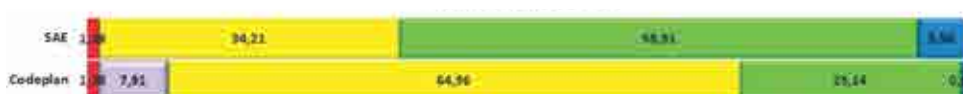
Fonte: Censo Demográfico de 2010 - IBGE. Elaboração: Codeplan

**Figura 5: Distribuição da população por classes de renda segundo parâmetros adotados pela SAE e pela Codeplan: RA Guará**



Fonte: Censo Demográfico de 2010 - IBGE. Elaboração: Codeplan

**Figura 6: Distribuição da população por classes de renda segundo parâmetros adotados pela SAE e pela Codeplan: Município de Águas Lindas de Goiás**



Fonte: Censo Demográfico de 2010 - IBGE. Elaboração: Codeplan

**Quadro 3: Comparação entre os parâmetros da SAE/PR e da Codeplan**

Classes de renda	SAE/PR						Codeplan				
	Classes de renda	Per capita mensal 2012 (R\$)	Per capita mensal 2010 (R\$)	Per capita mensal (equivalente em SM)	Familiar mensal (equivalente em SM)	Familiar mensal (R\$)	Classes de renda	Per capita mensal 2010 (R\$)	Per capita mensal (equivalente em SM)	Familiar mensal (equivalente em SM)	Familiar mensal (R\$)
	Miserável	Até 81,00	Até 64,00	Até 1/8	Até 1/2	Até 255,00	Miserável	Até 64,00	Até 1/8	Até 1/2	Até 255,00
							Muito pobre	64,00 a 128,00	1/8 a 1/4	1/2 a 1	255,00 a 510,00
	Baixa	81,00 a 291,00	64,00 a 255,00	1/8 a 1/4	1/4 a 1/2	255,00 a 1.020,00	Baixa/pobre	128,00 a 510,00	1/4 a 1	1 a 4	510,00 a 2.040,00
	Média	291,00 a 1.019,00	255,00 a 1.020,00	1/4 a 1/2	1/2 a 2	1.020,00 a 4.080,00	Média	510,00 a 2.550,00	1 a 5	4 a 20	2.040,00 a 10.200,00
	Alta	Acima de 1.019,00	Acima de 1.020,00	Acima de 2	Acima de 8	Acima de 4.080,00	Alta	Acima de 2.550,00	Acima de 5	Acima de 20	Acima de 10.200,00

Fonte: SAE/PR e Codeplan. Elaboração: Codeplan



O Anexo II apresenta, na forma de cartograma, a composição da renda média dos 4.454 setores censitários do Distrito Federal segundo classes de renda, conforme a utilização dos parâmetros da SAE e da Codeplan. Por fim, o Anexo III apresenta o conjunto dos dados consolidados.

### Considerações Finais

Como já mencionado, o propósito deste artigo é apenas melhor retratar a distribuição da população do Distrito Federal e de sua periferia metropolitana segundo as classes de renda, de forma mais condizente com a realidade socioeconômica existente.

Nos dez anos compreendidos entre 2000 e 2010, o Brasil viveu intenso processo de distribuição social da renda, com forte redução do Índice de Gini na distribuição do rendimento nominal mensal, segundo apurou o Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Mais do que isto, ocorreu enorme redução no número de brasileiros em condições de pobreza ou miserabilidade. Deve-se enfatizar, contudo, que o DF manteve sua condição de Unidade da Federação de pior distribuição da renda, com o agravante de ter sido, entre as 27, uma das três em que o Índice de Gini cresceu (para 0,63).

Talvez por esta razão ou pelo fato de termos no Distrito Federal o custo de vida entre os mais altos do país, aí compreendidos custos de moradia, alimentação, transporte etc., um determinado patamar de renda pode ser insuficiente para uma pessoa no Distrito Federal, mas pode não o ser para outra em alguma localidade do território nacional.

Dessa forma, possivelmente a adoção de parâmetros de renda regionalizados poderia mitigar as enormes assimetrias geradas por distintos padrões de custo de vida, típicas de um país de enorme dimensão territorial e forte desigualdade na distribuição espacial da renda.

Outro propósito importante do artigo é chamar a atenção para o risco de se superestimar o tamanho da classe média. Sabe-se que a competição capitalista impõe uma incessante busca por novos mercados, resultando em enorme pressão para a redução do atendimento pelo Estado das demandas por bens públicos ofertados à população mais pobre, não obstante o sucesso do governo federal na ampliação da oferta desses serviços à população nos últimos dez anos.

Sendo assim, a pressão pela mercantilização e privatização de áreas como saúde, educação, saneamento, transportes etc., encontraria respaldo ao se diagnosticar a sociedade como majoritariamente de classe média, pois o senso comum é de que este segmento social tem renda suficiente para adquirir esses bens no mercado privado. O agravante, nesse caso, é de que um diagnóstico equivocado colocaria boa parte da população pobre sob pressão para ter de buscar no mercado o atendimento de suas demandas por bens públicos, sem contudo, possuir as condições financeiras para adquirí-los.

Por fim, cabe uma breve reflexão sobre o significado dessa chamada Nova Classe Média no Brasil. A rigor ela é composta, essencialmente, de trabalhadores, ou seja, de assalariados de baixa e mediana remuneração, inclusive de uma enorme massa de recém-ingressos no mercado formal do trabalho. No intervalo de renda entre R\$ 291,00 e R\$ 1.019,00 per capita está praticamente a totalidade dos metalúrgicos, químicos e bancários dos grandes centros urbanos do país, base principal da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do próprio Partido dos Trabalhadores (PT), ou seja, o núcleo da própria classe trabalhadora seria agora, pelos parâmetros da SAE, classe média.

A ascensão desse grupo no Brasil não encerra nenhuma novidade histórica. Os exemplos de diversos países como Alemanha, França e Itália revelam que a classe trabalhadora, mediante sua mobilização nas lutas sociais, ascendeu em termos de padrão de vida, sem perder sua condição de classe.

Do ponto de vista sociológico, a característica principal da classe média é sua neutralidade, indiferença ou oscilação no conflito de interesses central numa sociedade capitalista, que se dá entre a classe trabalhadora e a classe capitalista. A classe média se caracteriza, em sua composição, por agrupar os setores médios da sociedade, ou seja, pequenos e médios comerciantes; pequenos e médios proprietários de terras e profissionais liberais, não compreendendo a grande massa de assalariados. Fazer a leitura de que a classe trabalhadora está se transformando em classe média seria, portanto, despolitizar o processo. O que tem ocorrido, de fato, é o fortalecimento numérico, material e orgânico da classe trabalhadora brasileira.

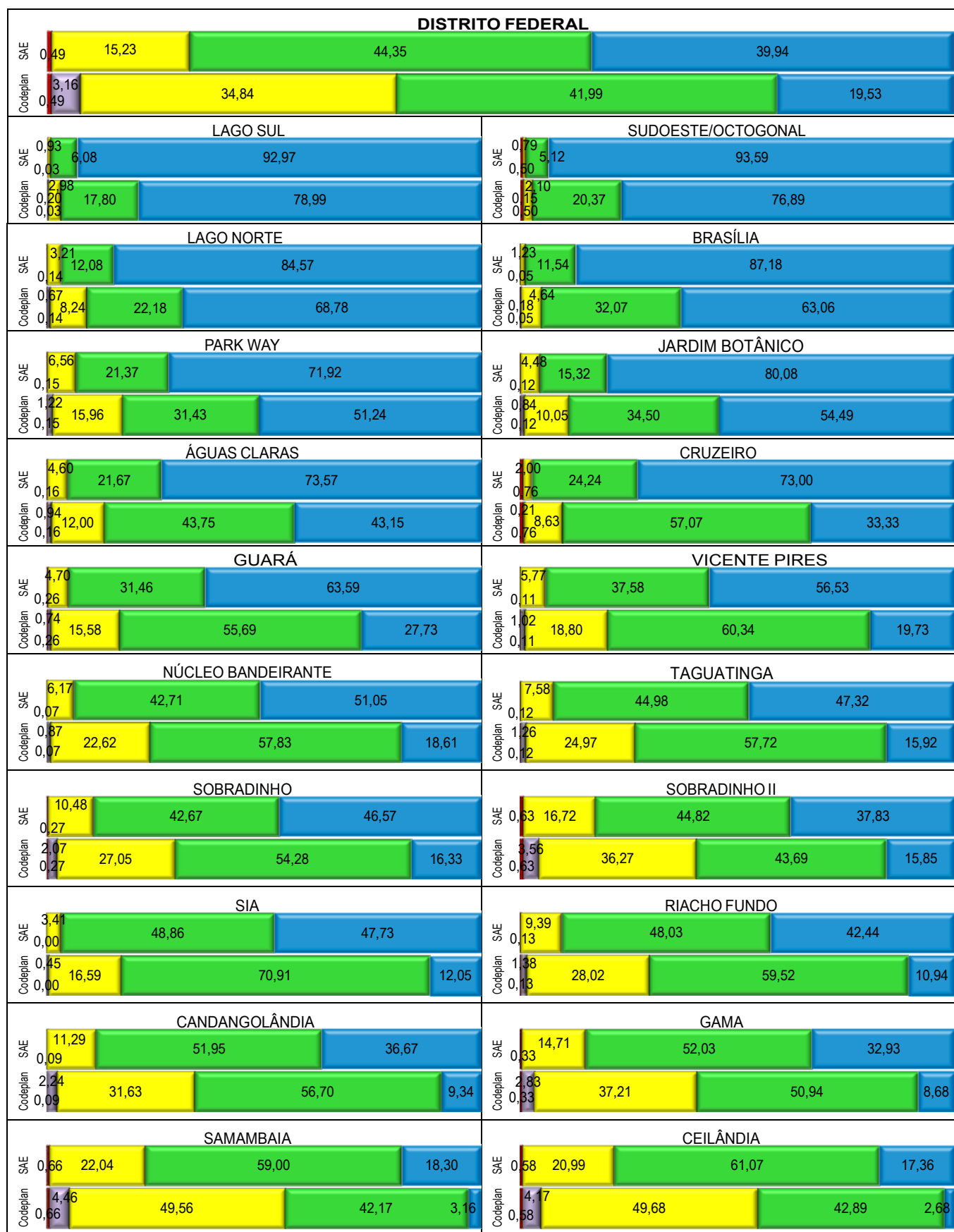
(\*) *Júlio Miragaya* é presidente da Codeplan

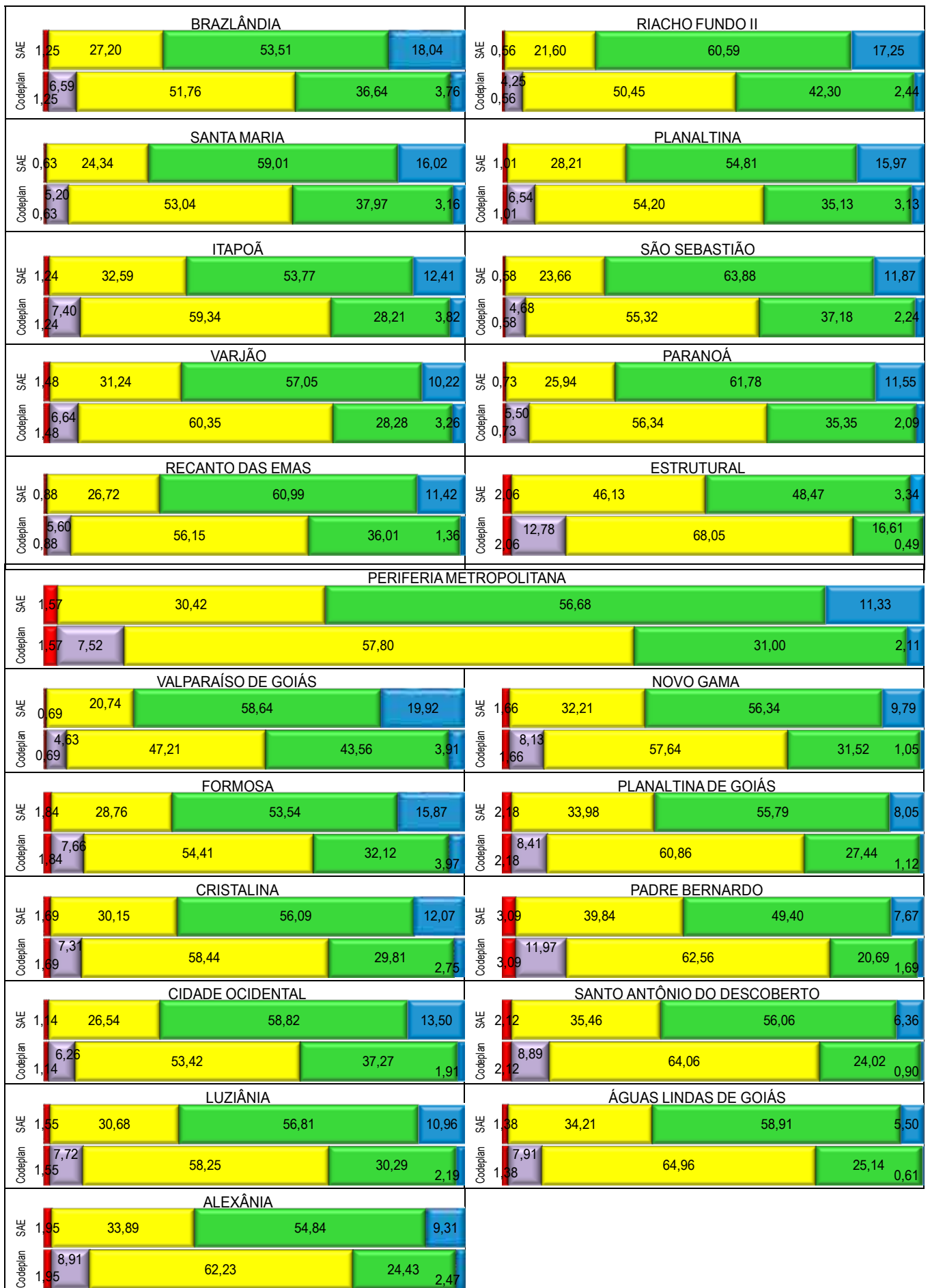
(\*) *Alisson Silva* é estatístico da Codeplan

### Referências Bibliográficas

- Codeplan. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal (PDAD/DF-2011)**. (www.codeplan.df.gov.br)
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). **Salário Mínimo nominal e necessário**. São Paulo: Dieese, 2013 (www.dieese.org.br).
- IBGE. **Censo Demográfico de 2010**.
- OSÓRIO, R. G.; SOUZA, P. H. **O Bolsa Família depois do Brasil Carinhoso: uma análise do potencial de redução da pobreza extrema**, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012 (Nota Técnica n.º 14), 16 p.
- SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**, 3ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2007, 910 p.
- Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Vozes da Classe Média**. Brasília: SAE/PR, 2012, 52 p.
- Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Vozes da Classe Média. Caderno 2: Desigualdade, Heterogeneidade e Diversidade**. Brasília: SAE/PR, 2012, 60 p.

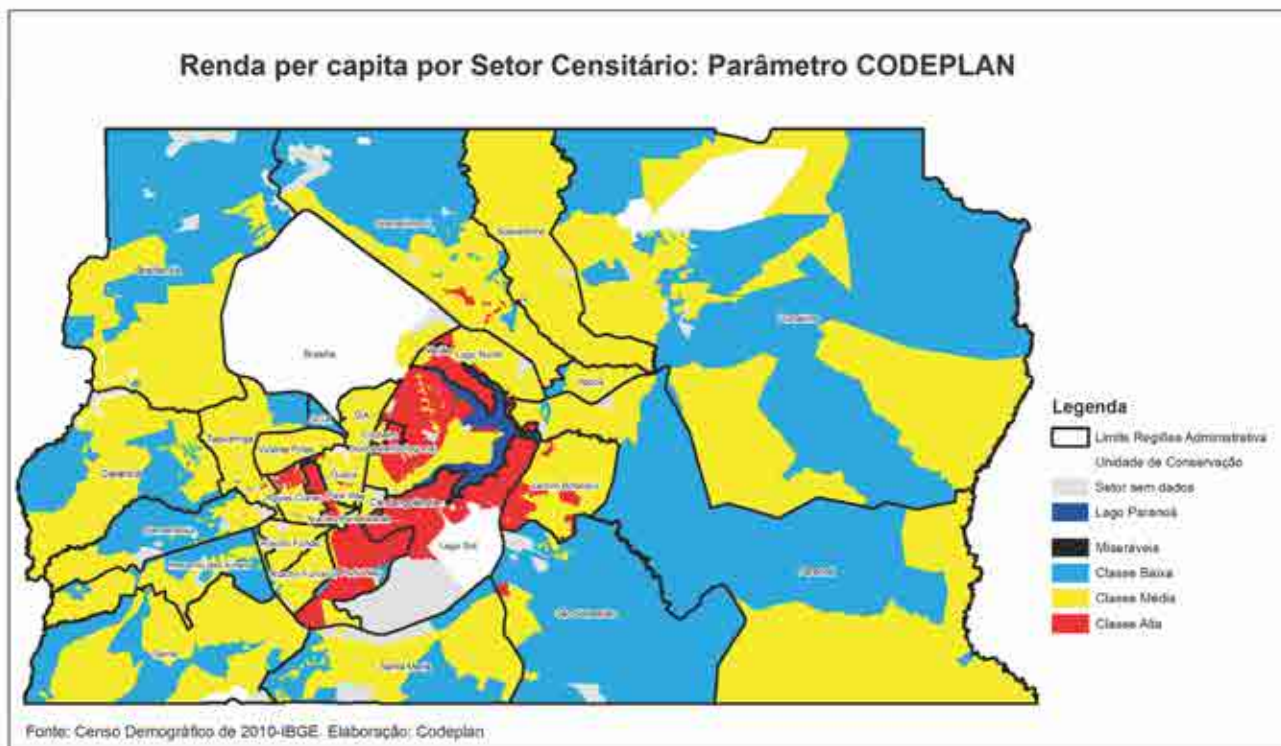
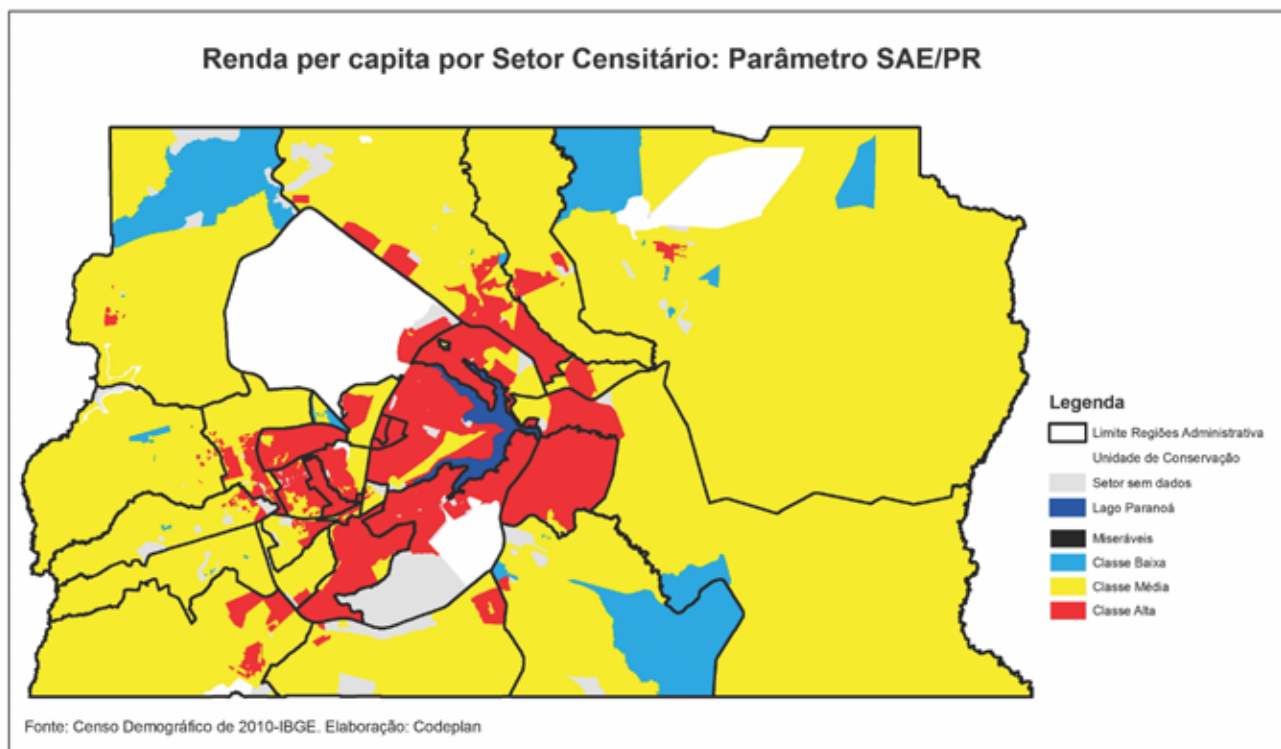
**ANEXO I: Distribuição da população das regiões administrativas do Distrito Federal e de sua periferia metropolitana, segundo extratos de renda e segmentos sociais**





Fonte: Censo Demográfico de 2010 - IBGE. Elaboração: Codeplan

## ANEXO II: Composição de renda média dos Setores Censitários do Distrito Federal



# ANEXO III

Distribuição da população segundo classes de renda da SAE/PR (em salários mínimos per capita)

RAS/MUNICÍPIOS	Renda Domiciliar (em R\$)	Renda Per Capita (em R\$)	Classes de Renda												
			Miserável (%)		Baixa		Média		Alta						
			Até 1/6	Miserável (%)	De 1/6 a 1/4	De 1/4 a 1/2	Baixa (%)	De 1/2 a 1	De 1 a 2	Média (%)	De 2 a 3	De 3 a 5	De 5 a 10	Mais de 10	Alta (%)
Lago Sul	19.596,91	5.420,62	0,03	0,03	0,20	0,73	0,93	2,26	3,82	6,08	3,44	10,54	31,88	47,11	92,97
Sudoeste/Octogonal	11.368,45	4.792,33	0,50	0,50	0,15	0,64	0,79	1,45	3,67	5,12	4,19	12,51	34,87	42,02	93,59
Lago Norte	13.792,15	4.297,96	0,14	0,14	0,67	2,54	3,21	5,70	6,39	12,08	4,42	11,37	31,13	37,65	84,57
Brasília	10.127,95	3.835,27	0,05	0,05	0,18	1,05	1,23	3,59	7,95	11,54	7,91	16,21	31,20	31,86	87,18
Park Way	11.928,64	3.173,98	0,15	0,15	1,22	5,34	6,56	10,62	10,75	21,37	6,75	13,93	28,03	23,22	71,92
Jardim Botânico	10.391,02	3.040,68	0,12	0,12	0,84	3,64	4,48	6,41	8,91	15,32	7,91	17,68	33,29	21,20	80,08
Águas Claras	7.176,24	2.401,83	0,16	0,16	0,94	3,66	4,60	8,34	13,33	21,67	10,73	19,69	28,46	14,69	73,57
Cruzeiro	6.417,42	2.060,99	0,76	0,76	0,21	1,79	2,00	6,85	17,40	24,24	15,68	23,99	24,40	8,93	73,00
Guará	5.692,65	1.803,35	0,26	0,26	0,74	3,96	4,70	11,62	19,83	31,46	15,22	20,63	20,41	7,33	63,59
Vicente Pires	5.559,25	1.534,43	0,11	0,11	1,02	4,76	5,77	14,04	23,55	37,58	16,26	20,54	15,91	3,82	56,53
Núcleo Bandeirante	4.556,55	1.467,94	0,07	0,07	0,87	5,30	6,17	17,32	25,39	42,71	15,43	17,00	13,77	4,84	51,05
Taguatinga	4.179,87	1.318,38	0,12	0,12	1,26	6,32	7,58	18,66	26,33	44,98	14,93	16,46	12,47	3,45	47,32
Sobradinho	4.274,36	1.271,11	0,27	0,27	2,07	8,41	10,48	18,64	24,03	42,67	14,19	16,05	13,15	3,19	46,57
Sobradinho II	4.239,98	1.203,35	0,63	0,63	3,56	13,15	16,72	23,12	21,70	44,82	10,02	11,96	11,41	4,44	37,83
SIA	4.219,84	1.173,90	0,00	0,00	0,45	2,95	3,41	13,64	35,23	48,86	17,73	17,95	10,91	1,14	47,73
Riacho Fundo	3.546,95	1.076,63	0,13	0,13	1,38	8,01	9,39	20,01	28,02	48,03	15,31	16,19	9,18	1,76	42,44
Candangolândia	3.455,61	995,20	0,09	0,09	2,24	9,05	11,29	22,58	29,37	51,95	14,21	13,12	7,53	1,81	36,67
Gama	3.210,64	951,80	0,33	0,33	2,83	11,88	14,71	25,33	26,70	52,03	12,57	11,67	7,02	1,66	32,93
VALPARAÍSO	2.179,03	646,96	0,69	0,69	4,63	16,11	20,74	31,09	27,55	58,64	9,49	6,52	3,18	0,74	19,92
Samambaia	2.174,26	614,68	0,66	0,66	4,46	17,58	22,04	31,98	27,02	59,00	8,93	6,21	2,75	0,41	18,30
Ceilandia	2.069,20	611,29	0,58	0,58	4,17	16,82	20,99	32,86	28,21	61,07	8,05	5,72	2,32	0,36	17,36
Brazlândia	2.171,36	606,27	1,25	1,25	6,59	20,61	27,20	31,15	22,36	53,51	8,04	6,24	3,16	0,60	18,04
FORMOSA	1.977,81	598,92	1,84	1,84	7,66	21,10	28,76	33,32	20,22	53,54	6,62	5,28	3,13	0,84	15,87
Riacho Fundo II	2.153,99	595,71	0,56	0,56	4,25	17,35	21,60	33,10	27,49	60,59	9,17	5,64	2,04	0,40	17,25
Santa Maria	2.129,05	581,54	0,63	0,63	5,20	19,14	24,34	33,89	25,12	59,01	7,49	5,37	2,64	0,52	16,02
Planaltina	1.999,17	560,51	1,01	1,01	6,54	21,68	28,21	32,52	22,28	54,81	7,31	5,54	2,64	0,49	15,97
CRISTALINA	1.818,63	532,44	1,69	1,69	7,31	22,83	30,15	35,60	20,49	56,09	5,49	3,84	2,03	0,72	12,07
Itapoá	1.873,29	529,17	1,24	1,24	7,40	25,20	32,59	34,15	19,62	53,77	5,02	3,57	2,67	1,15	12,41
São Sebastião	1.767,66	522,42	0,58	0,58	4,68	18,99	23,66	36,33	27,55	63,88	6,26	3,37	1,70	0,54	11,87
CIDADE OCIDENTAL	1.819,61	517,55	1,14	1,14	6,26	20,28	26,54	33,14	25,68	58,82	7,20	4,39	1,65	0,26	13,50
Varição	1.762,29	509,67	1,48	1,48	6,64	24,61	31,24	35,74	21,31	57,05	4,58	2,39	1,90	1,36	10,22
Paranoá	1.720,02	503,42	0,73	0,73	5,50	20,45	25,94	35,89	25,89	61,78	5,89	3,57	1,62	0,47	11,55
Recanto das Emas	1.778,86	487,61	0,88	0,88	5,60	21,12	26,72	35,04	25,95	60,99	6,76	3,30	1,19	0,17	11,42
LUZIANIA	1.687,99	485,12	1,55	1,55	7,72	22,97	30,68	35,29	21,53	56,81	5,27	3,49	1,70	0,49	10,96
ALEXÂNIA	1.500,08	468,87	1,95	1,95	8,91	24,98	33,89	37,26	17,59	54,84	4,18	2,67	1,97	0,50	9,31
NOVO GAMA	1.518,36	424,17	1,66	1,66	8,13	24,08	32,21	33,56	22,78	56,34	6,00	2,74	0,91	0,14	9,79
PLANALTINA	1.460,53	410,26	2,18	2,18	8,41	25,57	33,98	35,29	20,50	55,79	4,55	2,39	0,92	0,19	8,05
PADRE BERNARDO	1.297,65	381,00	3,09	3,09	11,97	27,87	39,84	34,69	14,71	49,40	3,88	2,09	1,36	0,34	7,67
S. ANTONIO DESC.	1.330,15	377,64	2,12	2,12	8,89	26,56	35,46	37,50	18,56	56,06	3,72	1,74	0,76	0,14	6,36
ÁGUAS LINDAS	1.330,12	370,08	1,38	1,38	7,91	26,30	34,21	38,66	20,25	58,91	3,42	1,47	0,49	0,12	5,50
Estrutural	1.126,79	299,55	2,06	2,06	12,78	33,35	46,13	34,70	13,77	48,47	2,07	1,78	0,43	0,06	3,34
DF	4.517,46	1.367,90	0,49	0,49	3,16	12,07	15,23	22,76	21,58	44,35	9,64	10,77	11,72	7,81	39,94
MUNICÍPIOS	1.663,89	478,97	1,57	1,57	7,52	22,90	30,42	34,91	21,77	56,68	5,69	3,53	1,69	0,42	11,33
ÁREA METROPOLITANA	3.795,69	1.134,46	0,77	0,77	4,29	14,89	19,18	25,92	21,63	47,55	8,61	8,89	9,11	5,88	32,50
BRASIL	2.127,33	668,00	3,84	3,84	7,07	17,97	25,04	29,97	22,88	52,85	7,34	5,57	3,77	1,59	18,27

Fonte: Censo Demográfico de 2010 - IBGE. Elaboração: Codeplan

Distribuição da população segundo classes de renda da Codeplan (em salários mínimos per capita)

RAS/MUNICÍPIOS	Renda Domiciliar (em R\$)	Renda Per Capita (em R\$)	Classes de Renda												
			Miserável	Muito Pobre	Baixa (Pobre)		Média			Alta (Rico)		Rico			
					De 1/4 a 1/2 (%)	De 1/2 a 1	De 1/4 a 1/2	De 2 a 3	De 3 a 5	Subtotal (%)	Média (%)		Média Alta De 5 a 10	Alta Mais de 10	
															Até 1/4 (%)
Lago Sul	19.595,91	5.420,62	0,03	0,20	0,73	2,26	2,98	3,82	3,44	10,54	13,98	17,80	31,88	47,11	78,99
Sudoeste/Octogonal	11.368,45	4.792,33	0,50	0,15	0,64	1,45	2,10	3,67	4,19	12,51	16,69	20,37	34,87	42,02	76,89
Lago Norte	13.792,15	4.297,96	0,14	0,67	0,54	5,70	8,24	6,39	4,42	11,37	15,79	22,18	31,13	37,65	68,78
Brasília	10.127,95	3.835,27	0,05	0,18	1,05	3,59	4,64	7,95	7,91	16,21	24,12	32,07	31,20	31,86	63,06
Park Way	11.928,64	3.173,98	0,15	1,22	5,34	10,62	15,96	10,75	6,75	13,93	20,68	31,43	28,03	23,22	51,24
Jardim Botânico	10.391,02	3.040,68	0,12	0,84	3,64	6,41	10,05	8,91	7,91	17,68	25,59	34,50	33,29	21,20	54,49
Agua Clara	7.176,24	2.401,83	0,16	0,94	3,66	8,34	12,00	13,33	10,73	19,69	30,42	43,75	28,46	14,69	43,15
Cruzeiro	6.417,42	2.060,99	0,76	0,21	1,79	6,85	8,63	17,40	15,68	23,99	39,67	57,07	24,40	8,93	33,33
Guará	5.692,65	1.803,35	0,26	0,74	3,96	11,62	15,58	19,83	15,22	20,63	35,85	55,69	20,41	7,33	27,73
Vicente Pires	5.559,25	1.534,43	0,11	1,02	4,76	14,04	18,80	23,55	16,26	20,54	36,80	60,34	15,91	3,82	19,73
Núcleo Bandeirante	4.556,55	1.467,94	0,07	0,87	5,30	17,32	22,62	25,39	15,43	17,00	32,44	57,83	13,77	4,84	18,61
Taguatinga	4.274,36	1.271,11	0,27	2,07	6,32	18,66	24,97	26,33	14,93	16,46	31,40	57,72	12,47	3,45	15,92
Sobradinho II	4.239,98	1.203,35	0,63	3,56	13,15	23,12	36,27	21,70	10,02	11,96	21,98	43,69	13,15	3,19	16,33
SIA	4.219,84	1.173,90	0,00	0,45	2,95	13,64	16,59	35,23	17,73	17,95	35,68	70,91	10,91	4,44	15,85
Riacho Fundo	3.546,95	1.076,63	0,13	1,38	8,01	20,01	28,02	28,02	15,31	16,19	31,50	59,52	9,18	1,76	10,94
Candangolândia	3.455,61	995,20	0,09	2,24	9,05	22,58	37,21	26,70	12,57	11,67	24,25	50,94	7,02	1,66	8,68
Gama	3.210,64	951,80	0,33	2,83	11,88	25,33	37,21	26,70	12,57	11,67	24,25	50,94	7,02	1,66	8,68
VALPARAÍSO	2.179,03	646,96	0,69	4,63	16,11	31,09	47,21	27,55	9,49	6,52	16,01	43,56	3,18	0,74	3,91
Samambaia	2.174,26	614,68	0,66	4,46	17,58	31,98	49,56	27,02	8,93	6,21	15,15	42,17	2,75	0,41	3,16
Ceilândia	2.069,20	611,29	0,58	4,17	16,82	32,86	49,68	28,21	8,95	5,72	14,68	42,89	2,32	0,36	2,68
Brazlândia	2.171,36	606,27	1,25	6,59	20,61	31,15	51,76	22,36	8,04	6,24	14,28	36,64	3,16	0,60	3,76
FORMOSA	1.977,81	598,92	1,84	7,66	21,10	33,32	54,41	20,22	6,62	5,28	11,90	32,12	3,13	0,84	3,97
Riacho Fundo II	2.153,99	595,71	0,56	4,25	17,35	33,10	50,45	27,49	9,17	5,64	14,81	42,30	2,04	0,40	2,44
Santa Maria	2.129,05	581,54	0,63	5,20	19,14	33,89	53,04	25,12	7,49	5,37	12,86	37,97	2,64	0,52	3,16
Planaltina	1.999,17	560,51	1,01	6,54	21,68	32,52	54,20	22,28	7,31	5,54	12,84	35,13	2,64	0,49	3,13
CRISTALINA	1.818,63	532,44	1,69	7,31	22,83	35,60	58,44	20,49	5,49	3,84	9,32	29,81	2,03	0,72	2,75
Itapoá	1.873,29	529,17	1,24	7,40	25,20	34,15	59,34	19,62	5,02	3,57	8,59	28,21	2,67	1,15	3,82
São Sebastião	1.767,66	522,42	0,58	4,68	18,99	36,33	55,32	27,55	6,26	3,37	9,63	37,18	1,70	0,54	2,24
CIDADE OCIDENTAL	1.819,61	517,55	1,14	6,26	20,28	33,14	53,42	25,68	7,20	4,39	11,59	37,27	1,65	0,26	1,91
Varião	1.720,02	503,42	0,73	5,50	20,45	35,89	56,34	25,89	5,89	3,57	9,46	35,35	1,62	0,47	2,09
Paranoá	1.778,86	487,61	0,88	5,60	21,12	35,04	56,15	25,95	6,76	3,30	10,06	36,01	1,19	0,17	1,36
Recanto das Emas	1.687,99	485,12	1,55	7,72	22,97	35,29	58,25	21,53	5,27	3,49	8,76	30,29	1,70	0,49	2,19
LUZIÂNIA	1.500,08	468,87	1,95	8,91	24,98	37,26	62,23	17,59	4,18	2,67	6,85	24,43	1,97	0,50	2,47
ALEXANIA	1.518,36	424,17	1,66	8,13	24,08	33,56	57,64	22,78	6,00	2,74	8,74	31,52	0,91	0,14	1,05
NOVO GAMA	1.460,53	410,26	2,18	8,41	25,57	35,29	60,86	20,50	4,55	2,39	6,94	27,44	0,92	0,19	1,12
PLANAL TINA	1.297,65	381,00	3,09	11,97	27,87	34,69	62,56	14,71	3,88	2,09	5,97	20,69	1,36	0,34	1,69
PADRE BERNARDO	1.330,15	377,64	2,12	8,89	26,56	37,50	64,06	18,56	3,72	1,74	5,46	24,02	0,76	0,14	0,90
S. ANTONIO DESC.	1.330,12	370,08	1,38	7,91	26,30	38,66	64,96	20,25	3,42	1,47	4,89	25,14	0,49	0,12	0,61
AGUAS LINDAS	1.126,79	299,55	2,06	12,78	33,35	34,70	68,05	13,77	2,07	0,78	2,85	16,61	0,43	0,06	0,49
Estrutural	4.517,46	1.367,90	0,49	3,16	12,07	22,76	34,84	21,58	9,64	10,77	20,41	41,99	11,72	7,81	19,53
DF	1.671,40	481,52	1,57	7,52	22,90	34,91	57,80	21,77	5,69	3,53	9,22	31,00	1,69	0,42	2,11
MUNICÍPIOS	3.770,51	1.126,63	0,77	4,29	14,89	25,92	40,81	21,63	8,61	8,89	17,50	39,13	9,11	5,88	15,00
AREA METROP.	2.127,33	668,00	3,84	7,07	17,97	29,97	47,94	22,88	7,34	5,57	12,91	35,79	3,77	1,59	5,36

Fonte: Censo Demográfico de 2010 - IBGE. Elaboração: Codeplan

# Nova classe média ou nova classe trabalhadora?

(\*) *Oswaldo Russo*

(\*) *Márcio Fernandes Maurício*

(\*) *Virginia Maria Dalfior Fava*

A expansão da classe C nos últimos dez anos chamou a atenção da mídia. As notícias especulam sobre o poder de compra e o novo padrão de consumo dessa classe, formada, sobretudo, por pessoas que ascenderam das classes de renda mais baixas. O Governo Federal, por meio da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), realizou estudos para definir a classe C, com o objetivo de identificar e caracterizar as pessoas que a compõe e delinear políticas públicas que atendam às suas demandas. Segundo essa definição, a classe C é formada por pessoas que residem em domicílios com renda mensal per capita entre R\$ 291,00 e 1.019,00, em valores de 2012.

De 2001 a 2011, no Brasil, segundo dados da PNAD/IBGE, a classe C cresceu de 39,6% para 50,4% da população. Essa expansão resultou de um processo de crescimento econômico combinado com a redução do abismo histórico entre as classes mais abastadas e as menos favorecidas, resultado do aumento real do salário mínimo e da implantação de políticas sociais consistentes. Nesse mesmo período, 40 milhões de brasileiros saíram da pobreza e 18 milhões foram incorporados ao mercado formal de trabalho.

No Distrito Federal, o cenário não foi diferente: o crescimento foi de 35,6% para 45,8% da população. Em dez anos, em termos absolutos, saltou de aproximadamente 765 mil para 1,2 milhão de pessoas no DF. Nos últimos dois anos, foram gerados mais de 120 mil empregos formais no Distrito Federal. Esses e outros dados são apresentados no “Retrato da classe C no DF”, elaborado pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan, disponível na página eletrônica [www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br).

Partindo do pressuposto de que a classe C vem se tornando o centro de gravidade da economia, da política e das relações sociais no Brasil, torna-se relevante evidenciar que, além da renda, é necessário conhecer outros aspectos como o grau de instrução e a inclusão no mercado de trabalho para entender essa nova classe. E a relação entre essas características define a nova classe C: embora estas pessoas tenham se inserido de forma mais destacada no mercado de trabalho no

período de 2001 a 2011. Isso não foi efeito do aprimoramento do nível de escolaridade, que sempre esteve e continua aquém das classes de renda superiores. Sugere apenas que a inclusão profissional das pessoas que ascenderam à classe C foi realizada em cargos que não requerem níveis de escolaridade mais avançados. Embora isso possa significar rendas medianas, a maior parte desses empregos está no mercado formal.

Na última década, foi observada também redução na frequência escolar na faixa de 18 a 24 anos de idade na classe C bem maior do que na população em geral. Em 2011, o percentual de pessoas da classe C, nessa faixa etária, que frequentava escola era quase duas vezes menor do que nas classes A e B. O cruzamento desses dados com o crescimento maior de ocupados na classe C indica que a evasão escolar desses jovens pode ser devida, em grande medida, à necessidade de inserção deles logo cedo no mercado de trabalho.

É verdade que não se pode negar que o potencial de consumo da classe C aumentou consideravelmente nos últimos anos. Todavia, isso ainda não foi suficiente para alterar a quantidade de domicílios no DF que conseguiram adquirir alguns bens e serviços mais sofisticados, comumente restritos às classes altas, como, por exemplo, notebook e TV de plasma. As diferenças em relação às classes A e B desaparecem quando são considerados eletrodomésticos essenciais, como geladeira, fogão e liquidificador.

A redução da pobreza e a expansão da classe C deu nova conformação à sociedade brasileira. Ao experimentar maior nível de renda, essa nova classe C, denominada aqui de “nova classe trabalhadora”, possui novas expectativas de progresso social e melhoria da qualidade de vida. Portanto, torna-se mais exigente com a garantia de direitos e o acesso de qualidade aos serviços públicos, por exemplo, nas áreas de educação e de saúde. E o Governo do Distrito Federal deve estar atento a essas novas demandas.

(\*) *Oswaldo Russo* é Diretor de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan

(\*) *Márcio Fernandes Maurício* é Técnico da Codeplan

(\*) *Virginia Maria Dalfior Fava* é Técnica da Codeplan

# Publica técnicas

Ao longo de quase cinco décadas a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) passou por transformações, mas manteve sua missão de produzir e disseminar informações em diferentes formatos. Agora coloca à disposição de seu público as publicações técnicas (online), recentes, resultado de estudos e pesquisas que traçam o perfil dos habitantes do Distrito Federal. Dessa forma oferece ao governo, aos acadêmicos e estudantes e à sociedade em geral reflexões para adoção de modernas gestões administrativas e de políticas públicas.

site: [www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)



## Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD

Instrumento de planejamento nas ações e tomadas de decisões governamentais nas 30 Regiões Administrativas do Distrito Federal.



## Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED-DF

Apresentação mensal do índice de emprego e desemprego no Distrito Federal

## Produto Interno Bruto do Distrito Federal 2010 - PIB-DF

Apresentação de informações sobre a evolução do Produto Interno Bruto do Distrito Federal



## Diagnóstico Social do Distrito Federal - Pobreza, Educação e Saúde

Estudo sobre as três políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento social do Distrito Federal, inseridas no Plano Plurianual do Distrito Federal - 2015- 2012



## Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal - IDECON-DF

Permite o acompanhamento da atividade econômica local trimestralmente, constituindo-se em importante instrumento para subsidiar os planejamentos governamental e empresarial



## Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal

Avaliação governamental que visa o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional da população do Distrito Federal



## Evolução da Fecundidade no Distrito Federal entre 2000 e 2010

Aperfeiçoamento das ações dos gestores da administração com subsídio para as políticas públicas referentes a atual composição etária da população



## Retrato da Infância e da Adolescência no Distrito Federal

Prioridade na mobilização da sociedade e do poder público na negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e pressão à infância e adolescência



## Perfil do Negro no Distrito Federal

Reflexão sobre a condição dos negros comparados aos não negros no que se refere à escolaridade, ocupação e rendimento



## Perfil da População Idosa do Distrito Federal

Reflexão e subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa





## A Evolução da Mortalidade no Distrito Federal na Área Metropolitana de Brasília (AMIB) entre 2000 e 2010

Análise da evolução da mortalidade no Distrito Federal e na Área Metropolitana de Brasília – AMIB-, entre 2000 e 2010, segundo o Código Internacional de Doenças – CID- para conhecimento da sua similaridade e diferença



## Situação do Trabalho Infantil no Distrito Federal

Informações disponíveis sobre o problema do trabalho infantil no Distrito Federal, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A análise do trabalho infantil compreendida aqui abarca estatísticas relacionadas a crianças e adolescentes em situação economicamente ativa, entre ocupados e em busca de ocupação



## Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Recanto das Emas - 2013

A Pesquisa abrange aspectos relativos às Características da Unidade Domiciliar, Infraestrutura, Características Turísticas, e ao Inventário de Bens, Serviços Domiciliares e Benefícios Sociais, Características Gerais e de Migração, Características de Educação, Trabalho e Rendimento dos Moradores, Posse de Bens, Hábitos de compras, entre outros. A população da RA foi estimada em 133.527 habitantes



## Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Samambaia - 2013

A Pesquisa abrange aspectos relativos às Características da Unidade Domiciliar, Infraestrutura, Características Turísticas, e ao Inventário de Bens, Serviços Domiciliares e Benefícios Sociais, Características Gerais e de Migração, Características de Educação, Trabalho e Rendimento dos Moradores, Posse de Bens, Hábitos de compras, entre outros. A população da RA foi estimada em 220.806 habitantes

## Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Brazlândia - 2013

A Pesquisa abrange aspectos relativos às Características da Unidade Domiciliar, Infraestrutura, Características Turísticas, e ao Inventário de Bens, Serviços Domiciliares e Benefícios Sociais, Características Gerais e de Migração, Características de Educação, Trabalho e Rendimento dos Moradores, Posse de Bens, Hábitos de compras, entre outros. A população da RA foi estimada em 50.728 habitantes



## As mulheres do Distrito Federal e o mercado de trabalho

Apresenta informações sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho no Distrito Federal, mostra a evolução da taxa de ocupação e da remuneração de mulheres e homens, de 2001 a 2011, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Detalha esses indicadores por Região Administrativa em 2011, a partir dos dados da PDAD/Codeplan



## Indicadores sociais - PDAD 2013 Recanto das Emas e Samambaia

Aborda aspectos sociais dos dados coletados pela PDAD/Codeplan para a região administrativa do Recanto das Emas, como educação, saúde, mercado de trabalho e previdência entre famílias de baixa renda, além de trabalhar indicadores sobre questões de gênero, jovens, idosos e pessoas com deficiência



## Pesquisa de identificação e percepção social dos usuários dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal

Traça o perfil dos usuários dos 13 restaurantes comunitários do Distrito Federal, bem como analisa a percepção social desses usuários sobre o serviço prestado em diversos aspectos

## Retrato da Classe C no Distrito Federal - nova classe média ou nova classe trabalhadora?

Trata da constituição da Classe C no Distrito Federal entre 2001 e 2011, abordando dinâmica populacional, educação, trabalho, condições de domicílio e hábitos de consumo, segundo dados da PNAD/IBGE, e especificidades das regiões administrativas, segundo a PDAD/Codeplan



## Demografia em foco 6 - A dinâmica migratória na Área Metropolitana de Brasília - AMB entre 1991 e 2010

O estudo pretende analisar o fluxo migratório entre o Distrito Federal e Área Metropolitana de Brasília, avaliar a migração entre os municípios que a compõe e verificar a evolução desses movimentos, considerando os anos censitários de 1991, 2000 e 2010



# Desempenho Econômico do DF em 2012

(\*) Philippe Tshimanga Kabutakupua

A economia do Distrito Federal cresceu 3,3% no 4º trimestre de 2012, segundo o Índice de Desempenho Econômico (IDECON-DF-Codeplan), depois de ter crescido 3,8%, 2,1% e 3,0% no 1º, 2º e 3º trimestres, respectivamente, na comparação com o mesmo período de 2011.

Dessa forma, o resultado preliminarmente apurado para o ano de 2012 foi de crescimento da economia do Distrito Federal de 3,0% na comparação com o ano de 2011. Considerando que o PIB nacional teve crescimento de 0,9% em 2012 comparativamente a 2011, o desempenho da economia do DF se situou muito acima da média nacional, tendo sido mais uma vez puxado pelo setor serviços.

## Serviços

Entre os componentes do PIB/DF, o setor serviços representa 92,96% de toda a atividade econômica, sendo que a administração, saúde e educação públicas representam 59,55% do total de serviços. A grande dimensão do setor público é, portanto, determinante do desempenho da atividade econômica do Distrito Federal.

No 4º trimestre de 2012, o setor serviços registrou crescimento de 3,3% no DF na comparação com o mesmo período de 2011, tendo sido o desempenho da administração pública, que cresceu 4,1%, determinante para o resultado positivo. Já o desempenho nacional do setor serviços foi um pouco menor (2,2%), sendo que a administração pública registrou crescimento de 2,5% no mesmo período.

Para o conjunto do ano de 2012, a taxa acumulada do setor serviços para a economia local foi de 3,0%, praticamente idêntica à da administração pública, que fechou o ano com desempenho positivo de 2,9%. Já no panorama nacional, os serviços cresceram 1,7%, puxados pela administração pública, que cresceu 2,8%.

A atividade comércio registrou crescimento de 2,4% no DF no 4º trimestre de 2012, acima da média nacional de 1,1%. O comportamento do comércio pode ser explicado, principalmente, pelo crescimento em volume de vendas de veículos novos (7,5%) e também no aumento do pessoal ocupado (6,9%). No conjunto do ano de 2012, o crescimento acumulado do comércio foi de 4,6%, bem acima da média nacional, de 1,0%.

Os serviços de informação tiveram um desempenho muito acima de todas as atividades do setor. No 4º trimestre, a atividade cresceu 15,7% na comparação com o mesmo período de 2011 e 2,8%, para o Brasil. O crescimento acumulado de 15,2% em 2012 foi muito acima do verificado no Brasil, de apenas 2,9%.

A Intermediação Financeira teve desempenho fraco no 4º trimestre de 2012, na comparação com o mesmo período de 2011. A atividade

registrou queda de 3,3%, ficando abaixo da média nacional, que cresceu 1,0%. No resultado global de 2012, a atividade registrou queda (-1,1%), tendo acumulado um crescimento de apenas 0,5% no país. Uma das explicações para o fraco desempenho pode ser atribuída à redução do ritmo na concessão de créditos por parte do sistema financeiro, principalmente, em função dos elevados níveis de endividamento dos consumidores e da inadimplência.

## Indústria

A atividade industrial que tem peso de 6,58% no PIB local registrou crescimento de 6,6% no 4º trimestre na comparação com o mesmo período de 2011, ao passo que o desempenho nacional apontou a pífia variação de 0,1%. No conjunto do ano, a indústria no Distrito Federal cresceu 5,1%, ao passo que, na média nacional, houve decréscimo de -0,8%.

Em relação especificamente à indústria de transformação, que representa somente 1,95% do PIB total, ocorreu crescimento de 4,1% no trimestre, enquanto o resultado para o Brasil foi de queda de -0,5%. Já no resultado anual, o setor no Distrito Federal acumulou alta de 5,1%, bem acima do desempenho do Brasil, que registrou queda de -2,5%, refletindo o momento difícil por que passa a indústria nacional.

A construção civil, que representa 3,87% do PIB local, teve desempenho positivo no 4º trimestre, depois de ter registrado desaquecimento no trimestre anterior na comparação com os mesmos períodos de 2011. A atividade registrou crescimento no 4º trimestre de 7,0% no DF. No Brasil, a atividade teve desaquecimento de -0,2% no 4º trimestre.

Para o conjunto do ano de 2012 a atividade teve alta de 4,5% no Distrito Federal na comparação com o mesmo período do ano anterior, desempenho bem acima da média nacional, que foi de 1,4% no ano.

Observou-se que o bom desempenho da indústria como um todo no Distrito Federal foi absolutamente distinto do observado no cenário nacional. Se no quadro nacional o desempenho da atividade influenciou negativamente o resultado global da economia, no caso do DF, devido à sua reduzida expressão, a boa performance pouco repercutiu no desempenho global da economia local.

## Agropecuária

O setor agropecuário no Distrito Federal, assim como a indústria, exerce pequeno impacto no desempenho global, pois responde por apenas 0,47% do PIB local.

A agropecuária do Distrito Federal teve queda de -23,5% no 4º trimestre de 2012 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No Brasil, o setor agropecuário também apresentou fraco desempenho no mesmo período, registrando queda de -7,5%.

No acumulado de 2012, o setor acumulou variação negativa de -10,7% no DF em relação a 2011, enquanto no Brasil o acumulado do ano de 2012 decresceu (-2,3%) em relação ao ano anterior.

(\*) Philippe Tshimanga Kabutakupua é economista da Codeplan

Tabela 1: IDECON - DF e PIB-Brasil  
Variação percentual nos quatro trimestres de 2012 e Acumulado no ano em relação a 2011

Setor/Atividade Econômica	Primeiro trimestre		Segundo trimestre		Terceiro trimestre		Quarto trimestre		Crescimento Acumulado em 2012	
	IDECON-DF	PIB-Brasil	IDECON-DF	PIB-Brasil	IDECON-DF	PIB-Brasil	IDECON-DF	PIB-Brasil	IDECON-DF	PIB-Brasil
AGROPECUÁRIA	5,00	-8,50	2,40	1,70	-22,80	3,60	-23,50	-7,50	-10,70	-2,30
INDÚSTRIA	7,20	0,10	4,40	-2,40	2,40	-0,90	6,60	0,10	5,10	-0,80
Indústria de transformação	6,90	-2,60	4,30	-5,30	7,60	-1,80	4,10	-0,50	5,70	-2,50
Construção civil	8,20	3,30	4,20	1,50	-1,10	1,20	7,00	-0,20	4,50	1,40
SERVIÇOS	3,60	1,60	1,90	1,50	3,20	1,40	3,30	2,20	3,00	1,70
Comércio e serviços de manutenção e reparação	4,50	1,60	3,10	0,20	8,50	1,20	2,40	1,10	4,60	1,00
Serviços de Informação	14,0	4,10	15,4	2,60	15,60	2,30	15,7	2,80	15,20	2,90
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-2,0	0,30	1,60	1,80	-0,60	-1,00	-3,30	1,00	-1,10	0,50
Administração, saúde, educação públicas	4,20	2,90	0,70	3,30	2,50	2,70	4,10	2,50	2,90	2,80
INDICADOR DE ATIVIDADES ECONÔMICA GERAL	3,80	0,80	2,10	0,50	3,00	0,90	3,30	1,40	3,00	0,90

Fonte: Codeplan e IBGE – Elaboração: Núcleo de Contas Regionais – DIEPS-CODEPLAN (www.codeplan.df.gov.br/idecon.html)

## Transporte Interestadual Semiurbano no DF e Entorno/GO e a Pesquisa Operacional de 2010

(\*) Maria Ângela Cavalcanti Oliveira

(\*) Sonia Rodrigues Haddad



Maria Ângela Cavalcanti Oliveira



Sônia Rodrigues Haddad

### 1. Introdução

Uma das maiores iniciativas de levantamento de dados amostrais de transporte de passageiros em campo já realizadas no mundo foram as pesquisas operacionais promovidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), operacionalizada pela FIPE, em 2009/2010, nos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual, nos segmentos de longa distância e semiurbano. Foram observadas 2.960 linhas (e seus desmembramentos operacionais), operadas por 253 empresas, transportando 179 milhões de passageiros anuais (3.330 municípios na rede de longa distância e 229 municípios e regiões administrativas do DF na rede do semiurbano). No país, esse levantamento de dados é superado, em extensão, apenas pelos grandes censos demográficos nacionais.

Visando a estimar a produção dos serviços de transporte coletivo interestadual de passageiros - demanda e oferta manifestas - a pesquisa foi motivada pela necessidade de se estabelecer referenciais técnicos e econômico-financeiros para a delegação e regulação das atividades de prestação de serviços no setor, no âmbito de um dos projetos estratégicos da Agência, o Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros - ProPass Brasil.

Tanto o serviço de transporte de longa distância quanto o serviço semiurbano estão presentes em toda

extensão do território nacional e, especificamente, o serviço semiurbano tem no DF e Entorno/GO a sua maior dimensão: responde por 72% da oferta de viagens e transporta 77% dos passageiros desse serviço, conforme os dez primeiros resultados constantes na Tabela 1.

Tabela 1 – Passageiros anuais nos principais pares de UFs

UFs com serviço semiurbano	Passageiros anuais (milhões)
DF - GO	90,0
MA - PI	8,6
MG - SP	3,4
MG - RJ	2,5
PR - SC	2,2
BA - PE	1,6
PR - SP	1,6
ES - MG	1,4
MS - SP	0,7
ES - RJ	0,5

Fonte: ANTT.Pesquisa Operacional 2010

O serviço regular de transporte rodoviário semiurbano de passageiros entre o Distrito Federal e o Entorno/GO, objeto deste trabalho, é aquele que, com extensão igual ou inferior a 75 km e característica de transporte rodoviário urbano, é operado com ônibus do tipo urbano, que permite o transporte de passageiros em pé. A magnitude desses serviços se expressa em números: são 37

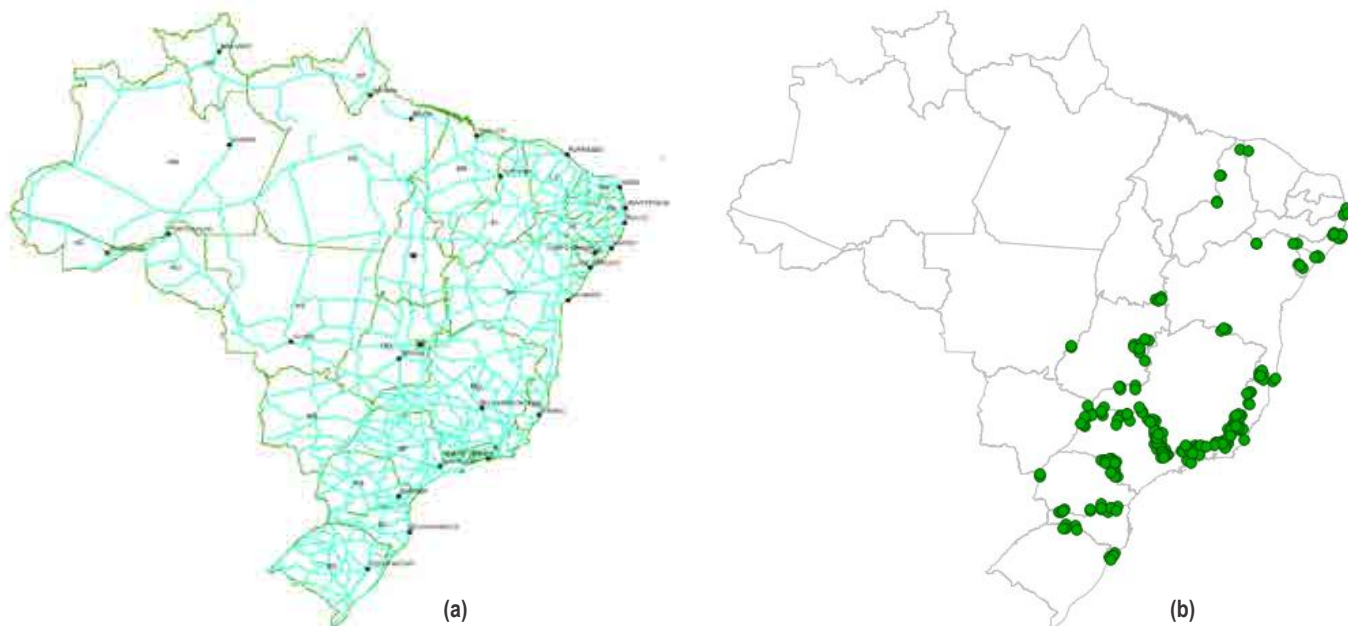


Figura 1 - Rede dos serviços interestaduais: (a) de longa distância; (b) semiurbano.

linhas e mais 511 desmembramentos operacionais, de uma oferta aproximada de 30 mil viagens semanais, atendendo dez municípios do Estado de Goiás, no Entorno do Distrito Federal - Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás (Girassol), Cristalina (Mansões Marajó),

Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás - em suas ligações com as 31 regiões administrativas do Distrito Federal, correspondendo a uma matriz origem x destino de 191 pares. Este serviço transportou em 2010, aproximadamente, uma demanda estimada em torno de 89 milhões de passageiros anuais e, em média, quase 300 mil passageiros em dia útil.

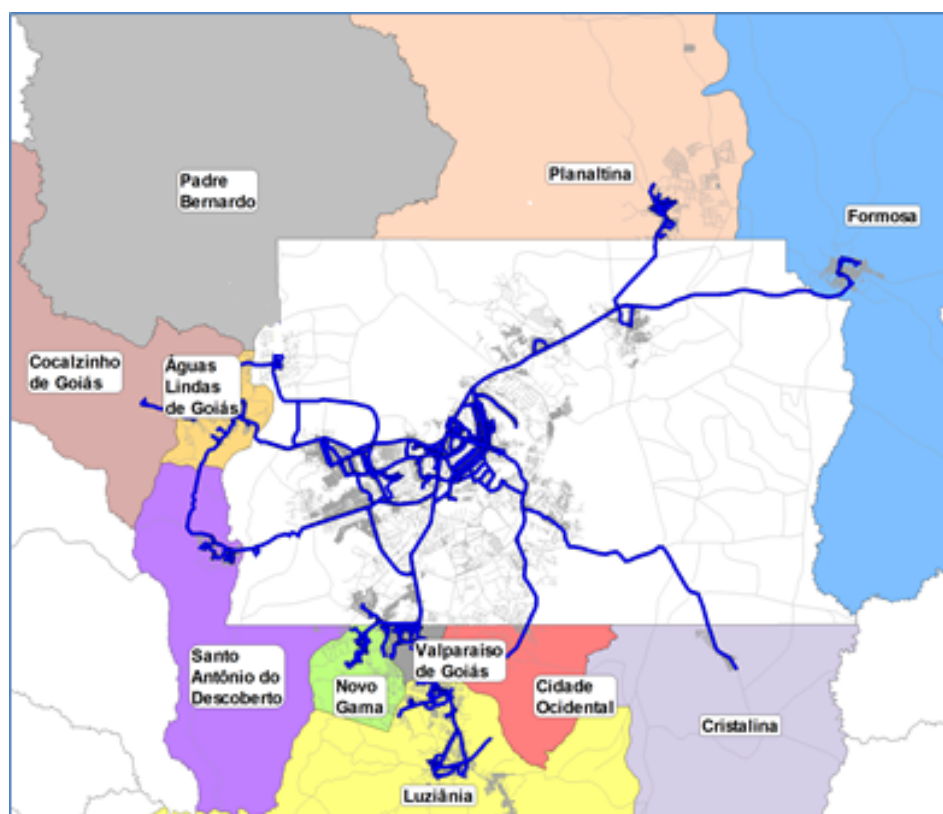


Figura 2 – Rede pesquisada do semiurbano DF – Entorno  
Fonte: ANTT (SUPAS/GEROT) nov/2012

## 2. A pesquisa do semiurbano no DF e municípios do Entorno

O levantamento de dados propriamente dito, realizado em todo o mês de setembro de 2010, aplicou metodologia específica; foi assegurada precisão estatística às estimativas anuais relacionadas a cada seção, conforme critérios definidos no plano amostral, com margem de erro variável de 5 a 15%, para obtenção de: (i) demanda: origem e destino das viagens, número de passageiros transportados e ocupação do veículo por ligação, linha, seção e trecho (ligação entre zonas de tráfego), nos horários típicos de maior e menor movimentação de passageiros, consolidado por viagem, hora (faixa horária), dia da semana, mês e ano, com identificação de demandas de seções intermunicipais (dentro

de Goiás) e intramunicipais (dentro do município), presentes nesse serviço, inclusive as provenientes de seções não cadastradas na ANTT eventualmente identificadas; e (ii) oferta: caracterização da viagem - operadora, itinerário, número de viagens, horário de saída e de chegada, número de veículos utilizados e os tempos de viagem.

O plano amostral foi construído com as informações do sistema de registro de oferta (serviços programados) e da demanda (declarada pelas operadoras) disponibilizados pela ANTT. A realidade em campo evidenciada nas visitas de campo e levantamentos preliminares indicou a necessidade de um tratamento metodológico específico à pesquisa no DF/Entorno, em razão de que as 37 linhas programadas se subdividiam em 548 desmembramentos operacionais, que utilizam três corredores principais: Norte (BR 020), 41 linhas; Sul (BR 040), 384 linhas; e Oeste (BR 070), 123 linhas, fruto de uma dinâmica de ocupação acelerada nos municípios goianos do Entorno e da concentração de serviços e demais atividades socioeconômicas no Distrito Federal, traduzindo a relação de dependência histórica.

Os dados foram obtidos com a aplicação de quatro questionários: (i) Questionário 1 (Contagem de viagens): nos terminais de linha, registro de cada viagem realizada nos respectivos dias de coleta das linhas pesquisadas, com data, horário, número da linha e ponto de origem-destino da viagem para posterior contagem de viagens por estrato amostral visando à expansão da oferta e da demanda; (ii) Questionário 2 (Caracterização de viagem): a partir dos terminais de linha e em viagens embarcadas, registro das características das viagens amostradas por linha, com informações do veículo em operação, número da linha, locais de origem e destino, horários de partida e chegada, número de passageiros desembarcados e embarcados para subsidiar a estimativa de demanda para cada linha; (iii) Questionário 3

(origem destino do passageiro): nos terminais de linha e em viagens embarcadas, entrevistas para identificar a origem e o destino do passageiro; (iv) Questionário 4 (caracterização de viagem completa por pesquisador embarcado): em viagem embarcada, captura de dados georreferenciados, do trajeto, da quantidade de passageiros embarcados e desembarcados (pesquisa sobe-e-desce), localização dos pontos de seção, de parada e de apoio para manutenção, e tempos gastos nesses pontos.

A seguir, os referenciais básicos do levantamento de campo realizado entre junho e setembro de 2010 com a aplicação de mais de 254 mil questionários:

- 548 linhas pesquisadas;
- 2 09 mil passageiros entrevistados (questionário 3);
- 45 mil viagens pesquisadas (questionário 1 e 2);
- 5,6 mil viagens embarcadas, monitoradas em sua totalidade (questionário 4).

**Tabela 2 - Demandas anuais nas 10 maiores ligações interestaduais do Distrito Federal e seu Entorno/GO**

Principais Ligações		Passageiros Anuais (milhões)	%	
Municípios de Goiás	Distrito Federal		Relativo	Acumulado
Valparaíso	Brasília	8,21	9,30	9,30
Águas Lindas	Brasília	7,85	8,90	18,20
Águas Lindas	Taguatinga	7,00	7,90	26,10
Luziânia	Brasília	6,67	7,60	33,70
Planaltina de Goiás	Brasília	5,80	6,60	40,30
Águas Lindas	Ceilândia	4,77	5,40	45,70
Novo Gama	Gama	4,74	5,40	51,10
Novo Gama	Brasília	4,66	5,30	56,40
Cidade Ocidental	Brasília	4,06	4,60	61,00
S. Antônio do Descoberto	Brasília	3,20	3,60	64,60

Fontes: Pesquisa ANTT/FIPE 2010

A matriz de origem e destino levantada na pesquisa envolve 355 pares origem-destino dos quais os 10 maiores fluxos de passageiros respondem por 64,6% da demanda anual, situando as ligações de Valparaíso e Águas Lindas para Brasília no topo da lista, em primeiro e segundo lugar, respectivamente (Tabela 2).

O município de Águas Lindas de Goiás, por sua vez, é o maior polo gerador de viagens para o Distrito Federal, com 26,6% da demanda anual gerada na pesquisa. Em segundo lugar vem a cidade de Valparaíso de Goiás que responde por 17,6%. O Eixo Rodoviário Sul se destaca com o maior volume dos deslocamentos, seguido dos eixos Oeste e Norte (Tabela 3).

**Tabela 3 - Principais Municípios de Goiás geradores de viagens para o Distrito Federal**

Municípios de Goiás no Entorno do Distrito Federal	Passageiros Anuais (milhões)	% da demanda	Eixo Rodoviário
Águas Lindas de Goiás	23,8	26,60%	Oeste
Valparaíso de Goiás	15,8	17,60%	Sul
Luziânia	13,3	14,90%	Sul
Novo Gama	12,2	13,60%	Sul
Planaltina de Goiás	9,1	10,10%	Norte
S. Antônio do Descoberto	7,0	7,80%	Oeste
Cidade Ocidental	6,7	7,50%	Sul
Cocalzinho	1,2	1,40%	Oeste
Formosa	0,4	0,50%	Norte

Fontes: Pesquisa ANTT/FIPE 2010

Observada sob o aspecto de atração de viagens, a Região Administrativa de Brasília é responsável por aproximadamente 50% da movimentação do Entorno, a segunda posição com cerca de 17% é ocupada por Taguatinga. Esses resultados evidenciam a acentuada posição de Brasília como polo centralizador de atividades (Tabela 4).

O comportamento da demanda do semiurbano ao longo dos dias úteis evidencia fluxos de viagens predominantemente unidirecionais, com picos acentuados pela manhã para o DF, e à tarde, no sentido contrário.

A Figura 3 apresenta essa sazonalidade relativamente à cidade de Águas Lindas de Goiás: **(i)** pela manhã, a demanda se concentra em aproximadamente 2 horas – 17 mil passageiros; **(ii)** à tarde, o intervalo de pico torna-se mais prolongado, das 16h às 19h e com volumes horários menos intensos se comparados aos volumes horários da manhã. Fora do período de pico o movimento cai

significativamente. Ao longo da semana esse padrão se repete, com variações mínimas nos dias úteis. Aos sábados e domingos, a demanda cai e fica em torno de dois terços do movimento registrado em dias úteis.

O movimento médio entre as linhas do DF e Entorno se apresenta relativamente estável durante os dias úteis. Aos sábados e domingos, individualmente, a demanda cai aproximadamente um terço em relação à observada em dias úteis. A Figura 4 mostra esse perfil semanal médio da demanda diária, considerando as linhas interestaduais semiurbanas.

Tabela 4 - RAs que mais atraem viagens do Entorno/GO

Regiões Administrativas do Distrito Federal	Passageiros Anuais (milhões)	% no DF
Brasília	42,1	48,40%
Taguatinga	14,3	16,40%
Gama	10,0	11,50%
Ceilândia	5,4	6,20%
Águas Claras	2,1	2,40%
Planaltina	1,9	2,20%
Candangolândia	1,6	1,80%
Sudoeste/Octogonal	1,2	1,40%
Sector de Indústria e Abastecimento	1,2	1,40%
Sobradinho	1,1	1,30%

Fontes: Pesquisa ANTT/FIPE 2010

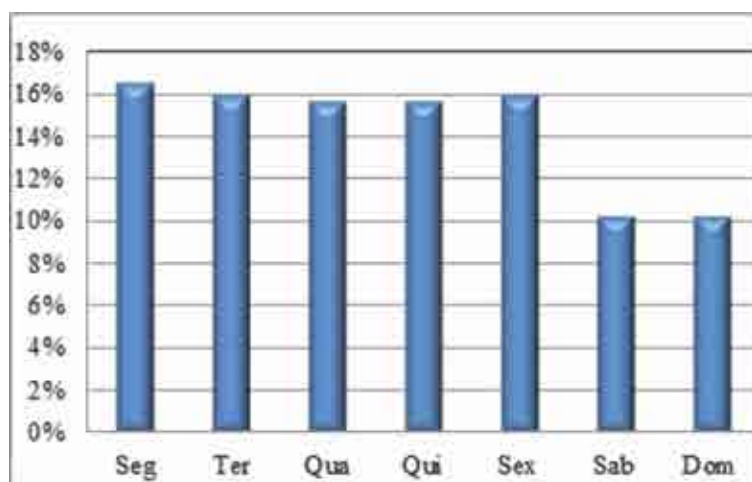
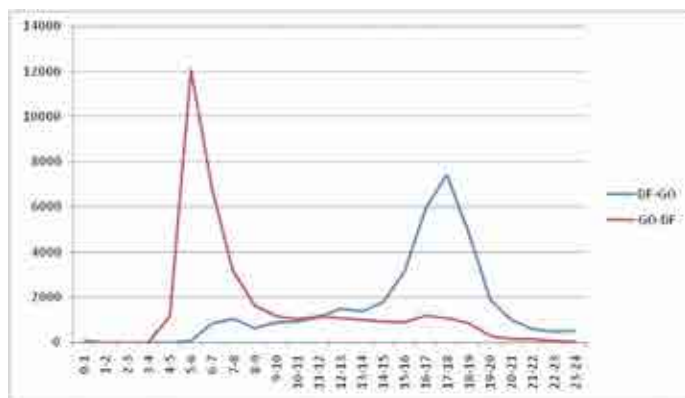


Figura 4 - Perfil Semanal Médio da Demanda por Linha do DF e Entorno

Fonte: Pesquisa ANTT/FIPE 2010

Os serviços interestaduais semiurbanos são eminentemente de características urbanas, apresentando uma demanda pendular, concentrada em picos bem definidos, e tendo o trabalho como a principal motivação de viagem – nas ligações com Brasília, das cidades goianas que se situam no Eixo Sul, registra-se uma média de 54% das viagens por motivo de trabalho; do Eixo Oeste, 40%; e do Eixo Norte, 47%.

Pensar em uma rede de significativa magnitude e complexidade como é a dos serviços interestaduais semiurbanos inserida numa região de dimensão metropolitana como a que se configura no Distrito Federal e Entorno, conduz necessariamente à reflexão sobre a questão institucional, onde as funções de planejamento e gestão se acham segmentadas: a “rede” de transporte do Distrito Federal é de responsabilidade do Governo do Distrito Federal; as “redes” de transporte dos municípios do Entorno é de responsabilidade dos governos municipais de cada um dos respectivos municípios; e a regulação (também com ações de gestão e planejamento) da “rede” de transporte interestadual, entre o DF e as cidades do Entorno é de responsabilidade da ANTT. No entanto, sob a ótica dos usuários, seja do DF, seja do seu Entorno, o serviço de transporte urbano é tido como uma única REDE de transporte.

Essa segregação, envolvendo vários entes com maturidade institucional e operacional distintas, traz grandes impactos para a mobilidade da população, a começar pelas diferenças normativas dos serviços existentes; limita a exploração de soluções mais racionais e de maior potencial no que se refere à modicidade tarifária; leva à sobreposição de linhas, causando aumento do tráfego

de veículos e o agravamento dos níveis de congestionamento; conduz à ineficiência na operação (horários e frequência), com reflexo nas tarifas; impede uma integração tarifária ou temporal. É fácil concluir que a resolução da questão institucional é condição para o planejamento integrado do sistema de transporte do DF e Entorno.

Um novo patamar de conhecimento se revelou com as informações trazidas pela pesquisa operacional. Vieram à tona impactos, conflitos e soluções relacionadas à mobilidade na área do Distrito Federal e do Entorno. A compreensão de uma dinâmica urbana acelerada que requer flexibilidade operacional para atender às necessidades de deslocamento da população por meio de um serviço de transporte público urbano, essencial, e que, no contexto atual, vai além dos mecanismos de regulação existentes em nível federal, exige uma nova postura regulatória.

Se, por um lado, exige uma nova postura regulatória, por outro requer um novo e ampliado olhar dos agentes envolvidos, notadamente dos poderes locais que devem estar aptos a compartilhar, absorver responsabilidades e construir uma solução inovadora de planejamento e gestão integradas dos serviços urbanos da região do Distrito Federal e seu Entorno.

(\*) *Maria Ângela Cavalcanti Oliveira* é engenheira da Codeplan cedida à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

(\*) *Sonia Rodrigues Haddad* é analista de O&M da Codeplan cedida à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT



Rodoviária de Brasília



**O Instituto Brasiliense de Estudos da Economia Regional, é uma sociedade civil, que promove a elaboração de análises, estudos e pesquisas sobre a economia do Distrito Federal e região de influência.**

SCS Qd. 04, Ed. Embaixador, Sala 202  
CEP 70300-907 - Brasília -DF  
Tels: (61) 3225-9242 / 3223-1429  
3964-8366 / 3964-8368  
Fax: (61) 3964-8364



## Planejamento Urbano, Direitos do Homem e da Natureza

(\*) Eugênio Giovenardi



Cuidar da vida das pessoas é um dos objetivos da administração urbana. Localizar as pessoas num ambiente acolhedor sem destruí-lo, engendrar oportunidades para a felicidade dos cidadãos e transmiti-la às gerações futuras são etapas a serem desenvolvidas na convivência urbana. Estiveram presentes na construção urbana e arquitetônica de Brasília estes princípios?

Há um elo perdido entre o planejamento urbano e a ocupação do espaço físico, entre a expansão demográfica, os processos de produção de alimentos e a eficiente prestação dos serviços públicos à população: o ambiente. Dezenas de estudiosos, por ocasião dos cinquenta anos de Brasília, afirmaram que o desenvolvimento da cidade ficou ao sabor dos fluxos migratórios e da especulação imobiliária. Brasília vive a síndrome do planejamento resultante da superposição de órgãos, projetos e decisões pontuais, conjunturais, setoriais e desconexas.

Na década de 1960, cientistas sociais da França enumeraram acertos e explicaram erros cometidos na

contribuição cultural que a Europa pretendeu dar à África. René Dumont (Seul, 1962) escandalizou os europeus com o livro: “L’Afrique noire est mal partie”! (A África negra começou mal!). Após cinquenta anos, a insuficiência alimentar continua castigando os africanos, apesar das contribuições culturais e tecnológicas recebidas da Europa. Os africanos empobreceram em suas terras férteis.

Rememorando, cinquenta anos depois, as missões que precederam a fundação de Brasília, a construção acelerada do Plano Piloto, o surgimento das “cidades-satélites”, a ocupação desordenada de áreas de proteção permanente, tem-se a tentação de repetir o que se disse da aventura europeia na África: “Brasília candanga est mal partie”! Aqui, a natureza empobreceu.

A questão ambiental, na prática, é uma indagação que se faz depois de executados os projetos. Corrigir desastres ambientais é mais caro e difícil do que preveni-los. A questão ambiental deveria estar contida no planejamento urbano, nos projetos de produção agrícola e de

empreendimentos industriais e comerciais. O espaço físico é visto como área a ser ocupada e não como parte da natureza com leis próprias e vidas vegetais e animais a serem preservadas. O planejamento urbano tem tudo a ver com a preservação da natureza antes da execução dos projetos.

A população do DF, 2,6 milhões de habitantes, requer uma reserva diária disponível de aproximadamente 10 mil toneladas de alimentos para a subsistência dos cidadãos. Os demais serviços – educação, saúde, moradia, saneamento, transporte, lazer, segurança – destinam-se a robustecer seu bem-estar físico e mental. O DF diferencia-se das demais regiões do Brasil Central por ser um berço de águas e não um estuário. Exige, pois, dos habitantes, maior cuidado com o ambiente. De acordo com o projeto de construção da nova capital, quatro quintos da área do Distrito Federal (4.740 km<sup>2</sup>) deveriam ter permanecido como espaço rural para abastecer Brasília de alimentos<sup>1</sup>. Além desse destino agrícola de produção, a vegetação nativa, os cursos d'água, as belezas naturais seriam uma cortina verde de proteção ao espaço, hoje, quase desertificado pela ocupação urbana.

A população que ocupa as terras do Distrito Federal, suas características etárias e de sexo são a base estrutural da administração urbana e consequente prestação de serviços. O atendimento à população e a oferta de serviços, portanto, são a razão de ser do planejamento urbano. O planejamento não é apenas obra ou função do governo ou de administradores oficiais. É atribuição de todos os cidadãos no processo de autogestão consciente, inteligente e participativa dos interesses e necessidades comuns. Mas os meios, como automóveis e edifícios, são os meios e não, fins. A cidade é essencialmente um espaço de circulação de pessoas, de convivência, de interdependência de todas as formas de vida sustentadas pela Natureza.

O que se destaca, em toda a Área Metropolitana de Brasília (AMB), é a expansão da indústria da construção civil, horizontal e vertical, para oferecer à população opções de moradia. Essa locomotiva arrasta, em ritmo descontínuo, a oferta desigual de serviços públicos, consolidando a desigualdade social, econômica e política. Ao acréscimo anual da população, no DF, não correspondem serviços eficientes prestados pela administração pública e pela sociedade.

Vale recordar, diante do implacável avanço imobiliário em todas as regiões do DF, e com iniciativa e

incentivos governamentais, o bilhete que Juscelino Kubitschek escreveu, em 15 de junho de 1960, ao então presidente do Iphan, Rodrigo Mello Franco de Almeida: “...Considero indispensável uma barreira às arremetidas demolidoras [contra o Plano Piloto] que já se anunciam vigorosas”.

O desastre foi anunciado e o patrimônio ambiental gravemente deteriorado pelo superpovoamento e sucessivos agrupamentos humanos sobre mananciais e aquíferos em todo o quadrilátero. A capacidade de administrar o crescimento da população é inferior à diversificada demanda de serviços. O Distrito Federal está superpovoado no sentido físico e psicológico.

*O desastre ambiental anunciado pelo então presidente JK seria gravemente deteriorado pelo superpovoamento e sucessivos agrupamentos humanos sobre mananciais e aquíferos em todo o quadrilátero*

### Ocupações irregulares

Brasília, desde seu nascimento, incorporou algumas palavras que se repetem incansavelmente: invasões, ocupações irregulares, grilagem de terras. Há perguntas que não foram feitas e, quando feitas, ficam sem resposta. As terras do DF, desde sua demarcação, pertencem exclusivamente à União? Por que não foram entregues à Prefeitura de Brasília? Existem propriedades privadas no Distrito Federal? Quais foram os critérios de desapropriação das terras? As áreas da União e da Terracap, sendo públicas, têm, por condição jurídica, força suficiente para impedir a ocupação, invasão ou grilagem? As terras do Estado estão livres para os cidadãos as ocuparem? Quais as áreas definidas e demarcadas como inadequadas e impróprias à ocupação por razões ambientais de proteção ao bioma do Cerrado? Os imigrantes estimulados a se instalarem no Distrito Federal, desde os primórdios, foram informados que terras públicas poderiam ser apropriadas temporariamente com expectativas de regularização fundiária?

O vírus imobiliário contaminou todos os espaços ao redor do Plano Piloto e se alastrou sobre as áreas vizinhas. Os espaços “vazios” tinham que ser ocupados sem perspectiva de tempo. O espaço é o mesmo. O tempo muda. E, mudando o tempo, os conflitos de espaço surgem, se avolumam e tornam difícil a prestação de serviços eficientes de educação, saúde e transporte. O governo não pode entregar a natureza, a biodiversidade do bioma, à mera ocupação ou exploração econômica. A sociedade precisa defender-se contra o assalto dos espaços disponíveis praticado sem pensar no tempo futuro, na vida dos netos e bisnetos de nossos netos que sofrerão as consequências.

<sup>1</sup> Segundo dados estatísticos da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), apenas 20% dos produtos comercializados na Central de Abastecimento (Ceasa), principal local para compra e venda de alimentos, são provenientes dos produtores locais.

Somos cúmplices e coniventes com os problemas que as gerações futuras enfrentarão.

### Pressão populacional

Em pesquisas cartográficas, professores da UnB<sup>2</sup>, alertam sobre a expansão demográfica e os limites de suporte do território habitável no DF. As regiões administrativas de Samambaia e Recanto das Emas, como todas as “cidades-satélites”, refletem a *descultura* generalizada de preservação ambiental do DF. Mais de 320 mil pessoas, situadas às margens da Rodovia BR-060, pressionam densamente o espaço urbano e o rural numa extensão de 203,8 km<sup>2</sup>. A expansão demográfica transborda para o espaço rural premida por diferentes motivos – econômicos, culturais, lazer – em forma de condomínios, chácaras para produção de alimentos, casas de fim de semana ou hotéis bucólicos. Os assentamentos citados estão sediados sobre importantes lençóis freáticos, nascentes e córregos, afetados pelos distintos dejetos originados da circulação intensa de automóveis, esgotos a céu aberto, águas pluviais, lixo indiscriminado e entulho da construção civil ao longo da rodovia. Aproximadamente, 40 milhões de litros de águas servidas de Samambaia e Recanto das Emas desembocam diariamente, direta ou indiretamente, nos córregos e rios ou se infiltram nos mananciais do Cerrado. Irrigam ainda os produtos rurais, dessedentam pessoas e animais, enchem as represas e atravessam cidades e vilarejos. É de se ressaltar que a proporção de áreas verdes para oxigenação desses bairros fica muito aquém das necessidades de seus habitantes. O Plano Piloto é um modelo do que deveriam ser as “cidades-satélites”, que não se reproduziu nelas, caracterizando agrupamentos de categoria inferior com evidentes sinais de desigualdade social.

***6.850 hectares do Cerrado foram queimados, em 2012. Segundo relato do Corpo de Bombeiros, não abrangem as queimadas noturnas que arrasam milhares de metros quadrados de vegetação. O impacto recai sobre as nascentes, a extinção de milhões de vidas vegetais e animais, a quebra do equilíbrio orgânico da biodiversidade.***



Foto: Eugênio Giovenardi

Os espaços adjacentes à Samambaia e Recanto das Emas constituem-se em áreas verdes de proteção à área urbana, de purificação do ar e de reprodução de espécies vegetais e animais que identificam o bioma e a biota da região. As RAs criadas, há pouco mais de vinte anos, estenderam-se de forma sistemática e contínua sobre as áreas verdes. Às margens da Rodovia BR-60, entre os quilômetros 8 e 30, há postos de gasolina, hotéis-fazenda, açudes de lazer, pesque-pague, condomínios rurais, chácaras de fim de semana, galpões industriais, aviários. O custo da produção da pequena agricultura e pecuária tradicional, primitiva e devastadora, tem um custo ambiental desproporcional aos benefícios econômico e ecológico.

A ocupação das áreas verdes<sup>3</sup> possui ingredientes de devastação e mudança das características originais do Cerrado e das condições climáticas.

O **desmatamento** indiscriminado elimina espécies nativas, destrói o habitat da fauna local, deixando os animais sem rumo, com sérios riscos de perder a vida nas estradas ou sob a mira de armas de fogo. Além de árvores em via de desaparecimento como a Mama-de-porca e a Garapa, a lista de animais candidatos à extinção, apresentada pelo Ibram, tende a se alongar. Mais especialmente o carcará, os gatos-do-mato, o tatu canastra, o tamanduá e os lobos-guará perdem seu refúgio natural, atacados pela caça, pelo fogo e pela urbanização avassaladora. A sobrevivência da fauna será mais difícil se não se preservar seu habitat.

A **terraplanagem** desnuda o solo, abre canais de esgotamento das águas pluviais, impede sua infiltração e percolação necessárias para recarga dos aquíferos, esgota as nascentes, favorece o assoreamento dos córregos e o desmoronamento de encostas.

<sup>(2)</sup> Santos, Rafael Sanzio Araujo dos, Monitoramento do crescimento e vetores de expansão urbana de Brasília, in *Brasília 50 Anos*, Editora UnB, 2010.

<sup>(3)</sup> Entre os quilômetros oito e 30 da Rodovia BR-060 há dezenas de placas oferecendo terrenos para instalação de grandes empresas e outras atividades.



*Do km 2 ao km 7 da Rodovia BR-060, os detritos da construção civil, entre outros, se acumulam em ambas as margens em função do crescimento imobiliário das cidades.*

O **fogo** constitui um meio generalizado e primitivo de limpeza ou de renovação de pastagens nativas. Com as queimadas, quase sempre nos mesmos lugares, eliminam-se sumariamente milhares de seres vivos que formam a riquíssima biodiversidade do Cerrado e alimentam a interdependência das espécies da flora e da fauna. O número de 6.850 hectares queimados, em 2012, segundo relato do Corpo de Bombeiros, não abrange as queimadas noturnas que arrasam milhares de metros quadrados de vegetação. O impacto sobre as nascentes, a extinção de milhões de vidas vegetais e animais, a quebra do equilíbrio orgânico da biodiversidade contribuem para a extinção de espécies que compõem a fauna do Cerrado.

O **lixo** degradável ou não, por vezes tóxico, quando não ignorantemente queimado, é levado pelas águas pluviais aos córregos e rios ou depositado em qualquer parte, à beira das rodovias, onde permanece por meses ou anos. Do km 2 ao km 7 da Rodovia BR-060, os detritos se acumulam em ambas as margens como bandeira pouco edificante do crescimento imobiliário das cidades. Além do entulho da construção civil, esgotos de Samambaia escorrem a céu aberto em direção aos mananciais que alimentam as bacias do Rio Descoberto e Corumbá. Não existem pontos estabelecidos pelos órgãos de limpeza pública para coleta de lixo que orientem os moradores a dar-lhe o melhor destino.

Os **poços artesianos** ou tubulares vêm substituindo as cacimbas, dada a profundidade das águas e as características geográficas e geológicas das áreas ocupadas. As empresas perfuradoras de poços atuam com liberdade sem os devidos estudos dos lençóis freáticos, nem cuidados com o esgotamento das nascentes que alimentam os córregos<sup>4</sup>.

As **práticas agrícolas** primitivas e tradicionais contribuem para o desgaste do solo com o pisoteio do gado ou aração inadequada, comumente associada à queimada anual.

As **leis ambientais**, frequentemente ignoradas ou não observadas, a ausência de orientação prévia, a precária fiscalização posterior, a perfuração não autorizada de poços artesianos ou tubulares, a falta de outorga e controle do uso da água concorrem para a ocupação desastrosa das áreas verdes do Cerrado.

As placas de advertência sobre cuidados de proteção às nascentes pouco influenciam o comportamento *desurbano* dos cidadãos que trafegam nas estradas, nem o dos que ocupam espaços circunvizinhos aos mananciais. São raríssimos os proprietários de chácaras que se preocupam com a captação e retenção de águas da chuva, seja pela manutenção de cortinas vegetais, matas de galeria ou pequenas barragens que favoreçam a infiltração e a percolação. Os milhares ou milhões de litros de água que a chuva despeja sobre os campos escorrem, em poucos minutos, para os córregos e os rios.

### **Os direitos da Natureza**

Os Direitos Universais do Homem se originam dos Direitos Universais da Natureza. As leis físicas e as leis biológicas são fontes de direitos à sobrevivência e à reprodução das espécies e dão o ritmo, o tom e o tipo de linguagem que unem os seres vivos do universo. É necessário e importante reconhecer que a espécie humana não está sozinha no planeta e que todos os seres vivos – árvores, plantas, gramíneas, insetos, animais e humanos –

<sup>(4)</sup> As margens da Rodovia BR-060, pode-se contar dezenas de poços artesianos construídos a montante e a jusante da microbacia do Ribeirão das Lajes.

coparticipam dos direitos da natureza. Não é demais lembrar que a espécie humana também faz parte da biodiversidade.

A espécie humana não é a mais populosa do planeta, nem a mais antiga, nem a mais importante em relação à Natureza. Embora tenha desenvolvido a inteligência e descoberto artificios e truques tecnológicos capazes de se adaptar às variações e mudanças climáticas, a natureza lhe impõe, diariamente, desafios que nem sempre são superados e alguns se estendem por milênios sem resposta. É ao longo do tempo que a espécie humana localizou os espaços para sobreviver, se reproduzir, desfrutar da vida e construir a felicidade na convivência das diferenças e das diversidades. Na ocupação dos espaços físicos, a espécie humana, muito mais que impor-se o dever de dominar a natureza, deveria centrar-se no conhecimento e na precaução em relação ao uso das riquezas naturais que lhe propiciam a vida.

A construção de cidades é um dos artificios de sobrevivência da espécie humana, à semelhança das colmeias, dos cupinzeiros e dos formigueiros. A “Declaração de Bochum” (Alemanha, 1965) inicia com a seguinte reflexão: “A vida urbana oferece ao homem o quadro mais variado de empregos, possibilidade de formação e cultura, de bens, de mercadorias e serviços, de encontro e intercâmbio, de diferenciação e desenvolvimento de capacidades”<sup>5</sup>.

O outro lado da medalha apresenta aspectos menos positivos. A instalação da cidade altera a ordem geográfica milenar e rompe com os processos ambientais organizados o que resulta não só na modificação do espaço como também das características climáticas originais. A recomposição do clima é dificultada pelos materiais da construção civil e pelo trânsito de veículos; pela emissão de

gases tóxicos e eliminação dos laboratórios vegetais de transformação do dióxido de carbono em oxigênio; pelo consumo de água e produção de lixo; e pela proliferação de vetores de doenças endêmicas e epidêmicas.

A reaproximação da natureza, a introdução e a recuperação de áreas verdes, o restabelecimento de habitat para outras formas de vida, em parques e bosques, dentro e ao redor dos agrupamentos urbanos, são fatores imprescindíveis para a integração da espécie humana no conjunto dos seres vivos e a harmonia arquitetônica da vida social. Somos uma unidade de seres vivos interdependentes, isto é, seres vivos que dependem uns dos outros numa interminável cadeia trófica. O planejamento e a construção de uma cidade estão intimamente vinculados ao respeito estrutural dos direitos da natureza. Num ambiente acolhedor, a produção de alimentos, a geração de meios de adquiri-los, o exercício das capacidades criativas e profissionais, os serviços de saúde física e mental, o lazer e os divertimentos constituem os ingredientes da convivência social e cultural da comunidade humana. Isso implica, segundo a Constituição Brasileira: “preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas”.

A legislação ambiental brasileira prevê, em detalhes, as circunstâncias que propiciam respeito à natureza, à biodiversidade, à proteção de nascentes e florestas. O Código Florestal mantém o conteúdo de outras leis anteriores (Lei 9.795/99) que preveem diversas formas de proteção à fauna e à flora:

“Consideram-se de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural.”

“Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas pelo poder público, as florestas e



*Os esgotos de Samambaia escorrem a céu aberto em direção aos mananciais que alimentam as bacias do Rio Descoberto e Corumbá. Não existem iniciativas por parte dos órgãos de limpeza pública para a coleta de lixo.*

<sup>5</sup> Mitscherlich, Alexander. A cidade do futuro. Tempo Brasileiro, 1971.

demais formas de vegetação destinadas a atenuar a erosão das terras e a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias”.

“A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social”.

“Nos parques nacionais criados pelo Poder Público, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais.”

“Qualquer árvore poderá ser imune ao corte, mediante ato do Poder Público, por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de portamentos”.

A Lei Orgânica do DF, em seu Art. 301, diz:

“São áreas de preservação permanente:

I - lagos e lagoas;

II - nascentes, remanescentes de matas ciliares ou de galerias, mananciais de bacias hidrográficas e faixas marginais de proteção de águas superficiais, conforme definidas pelo órgão ambiental do Distrito Federal;

III - áreas que abriguem exemplares da fauna e flora ameaçados de extinção, vulneráveis, raros ou menos conhecidos, bem como aquelas que sirvam como local de pouso, alimentação ou reprodução;

IV - áreas de interesse arqueológico, histórico, científico, paisagístico e cultural.”

Poderiam ser mais claras essas orientações legais? Observada a lei, estariam definidos, respeitados e consolidados os corredores vegetais para proteção dos agrupamentos urbanos e também das áreas de produção agrícola, facilitando a captação das águas pluviais para a recarga dos aquíferos. É necessário que se ampliem os incentivos e os subsídios aos protetores da natureza, sejam indivíduos ou instituições privadas, no intuito de gerar novos comportamentos humanos em respeito à natureza.

Todos os custos da preservação de meu pedaço de Cerrado – Sítio das Neves – aceiros, construção de pequenas barragens de captação e retenção de águas da chuva, combate ao fogo, coleta de lixo, placas de advertência, durante quase 40 anos, decorreram de orçamento pessoal e poupança individual<sup>6</sup>.

## Sistemas sociais

As comunidades humanas transmitem de geração em geração sistemas sociais e culturais de relacionamento com seus semelhantes e com o ambiente que as cerca. Os sistemas culturais de relacionamento com a natureza que adotamos, no presente, vêm de séculos e são praticados de forma espontânea. E, espontaneamente, os transmitimos aos outros por meio de exemplos, pela educação e, frequentemente, por ignorância. As queimadas, o corte indiscriminado de árvores, a caça, a pesca predatória, a matança de animais selvagens, o uso de inseticidas, o lixo jogado de qualquer maneira nos contêineres, nas ruas e calçadas, à beira de rodovias, fazem parte de tradicionais sistemas sociais e culturais de relacionamento com a natureza que passam de pai para filho, persistem na escola e se estendem às universidades.

Em quase todos os países do mundo, ministérios do meio ambiente, ONGs, movimentos socioecológicos, profissionais liberais, produtores de alimentos e grandes empresários percebem a necessidade de rever as relações da espécie humana com o planeta e todos os seres vivos que nele habitam. É animador constatar que o desgaste dos experimentos econômicos e financeiros tradicionais (desenvolvimentismo, crescimentismo) possa induzir a inteligência humana a estabelecer novos sistemas sociais e culturais de relacionamento com a natureza, transmissíveis às novas gerações em benefício delas e da interdependência de todos os seres vivos do planeta Terra.

A comunidade de Brasília abriga conhecimentos e capacidades humanas com sensibilidade ambiental para construir novos sistemas sociais transmissíveis de relacionamento e convivência mais inteligentes das pessoas com a natureza.

## Obras literárias publicadas

1. O Homem Proibido, 1997 - 2ª Edição - 2009, Romance
2. Poemas Irregulares, 1998
3. Em Nome do Sangue, 2002 - Romance (prêmio Açorianos de Literatura, 2003)
4. Ventos da Alma, 2003, Poesia
5. Os Pobres do Campo, 2003, Ensaio
6. Solitários no Paraíso, 2004, Prosa E Verso
7. O Retorno das Águas, 2005, Nascentes
8. Saga de Um Sítio, 2007, Crônicas
9. As Pedras de Roma, 2009, Romance
10. Eliodora, 2010, Romance
11. Silêncio, 2011, Romance
12. As Árvores Falam - Crônicas - 2012
13. O Último Pedestre (em processo de edição/Kiron)

## *O Sítio das Neves ganhou Certidão de Aprovação de Localização de Reserva Legal pelo Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF (Ibram).*

(\*) Eugênio Giovanardi é sociólogo, escritor e ambientalista

[www.eugeobservador.blogspot.com](http://www.eugeobservador.blogspot.com)

<sup>6</sup> A história do Sítio das Neves está contada no livro *A Saga de um sítio*, Eugênio Giovanardi, LGE, Brasília, 2007.

## Sebrae/DF comemora bons resultados em 2012

*A instituição extrapolou várias metas estabelecidas. Nos últimos três anos, o número de atendimentos aumentou 100%*

(\*) **Natália Kenupp**

O Sebrae no DF manteve sua trajetória de sucesso em 2012. O número de atendimentos gerais oferecidos aos empreendedores, incluindo informações e orientações técnicas, foi de 174.110, índice 100% superior ao conquistado em 2010, com 86.739. Este avanço foi possível graças à atuação descentralizada, seja por meio de unidades móveis de atendimento, ou por visita de Agentes de Orientação Empresarial (AOE) e Agentes Locais de Inovação (ALI). Mais uma vez, a instituição e seus colaboradores cumpriram sua missão ao fomentar o empreendedorismo local. O reflexo da atuação competente pode ser constatado pelo cumprimento de metas e o alcance de excelentes resultados.

No último ano, o número de empreendimentos que buscaram

auxílio da instituição por meio de cadastro distinto foi de aproximadamente 35 mil, índice 23,89% maior em comparação ao ano de 2010. Neste quesito, a meta foi cumprida em 164%, o que confirma os avanços conquistados pela equipe que compõe o Sebrae no DF.

A formalização do MEI (Microempreendedor Individual) também foi motivo de orgulho. Em 2012, 20 mil empresários tiveram suas atividades regularizadas e passaram a contar com benefícios como inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), acesso a previdência social e auxílio-maternidade. Meta ultrapassada em 199% ao índice inicialmente planejado. Importante destacar a contribuição da Semana do Empreendedor Individual, realizada em julho, para esse

resultado. Durante o evento, a instituição disponibilizou 17 pontos de atendimento distribuídos pelo Distrito Federal. Em seis dias, 2.040 deixaram a informalidade e, com isso, o Sebrae no DF superou a meta estipulada em 361% para a região. Vale destacar que, durante o período, foram realizados 5.252 atendimentos, 852 acima da meta.

Focado em promover a sustentabilidade e competitividade dos negócios, o Sebrae no DF ampliou o número de empresas atendidas com soluções de inovação. Em 2012, o índice previsto foi ultrapassado em 294%. Com foco na aproximação do público-alvo por meio de atendimento itinerante, o Sebrae no DF aumentou o total de ALI para 100 consultores em inovação, e ampliou a atuação para todas as regiões administrativas.

Indicadores como estes revelam o progresso do Sebrae no DF em 2012 e nos últimos três anos. Houve aprimoramento tanto no atendimento aos empreendedores quanto na implementação de iniciativas voltadas para os clientes. Em 2013, a organização dará continuidade à trajetória de sucesso para que mais empresários possam ser beneficiados pelas iniciativas.

(\*) *Natália Kenupp* - jornalista/Sebrae

[www.df.sebrae.com.br](http://www.df.sebrae.com.br)

Central de Atendimento: 0800 570 0800



Foto: Fernando Bizerra

## 1º Fórum de presidentes e gestores das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística é promovido pela Codeplan

*Em parceria com a Anipes, Companhia realiza encontro de dirigentes de todo o país*

(\*) Eliane Menezes

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), em parceria com a Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística – Anipes reuniu, durante os dias 26 e 27 de março, presidentes e gestores de instituições de todo o país no 1º Fórum de presidentes e gestores das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística, para debaterem a implementação de projetos de interesse mútuo e aprofundarem as parcerias com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Com o IPEA, a discussão transcorreu em torno da manutenção de projetos da Rede IPEA (Redes Urbanas, Erradicação da Extrema Pobreza e Trajetórias Tecnológicas); os indicadores de mensuração dos níveis de pobreza; monitoramento de políticas públicas; capacitação e pesquisa de campo sobre a percepção social das funções públicas.

Para o presidente da Fundação de Economia e Estatística – FEE, do Rio Grande do Sul, Adalmir Antônio Marquetti, não existe uma padronização nos indicadores de desenvolvimento municipal, por isso a parceria com o IPEA vai ser um ganho.

Na pauta com o IBGE, os itens abordados foram a ampliação da Pesquisa Industrial Mensal (PIM); a formalização da cooperação do IBGE com as IPES nas projeções demográficas; a cooperação nas pesquisas de índices de preços e de orçamentos familiares (POF); a nova PNAD - com incorporação da Pes-



quisa Mensal de Emprego; a possibilidade de acesso permanente das IPES ao Banco Multidimensional de Estatística (BME) e a atualização da regionalização das meso e microrregiões geográficas com a participação das IPES, além da discussão sobre critérios para a formação de regiões metropolitanas.

Para Mércia Quintslr, diretora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, há interesse do órgão em aproximar as instituições e isso tem avançado.

Para José Edil Benedito, presidente do Instituto Jones Santos Neves, do Espírito Santo, o Fórum, realizado em Brasília, é um marco de articulação dos estados brasileiros e de seus parceiros federais, para identificar, diagnosticar e propor agendas transversais, temas comuns de trabalho entre a sociedade e as administrações estaduais.

Foi deliberada a realização de *workshop*, em 27 e 28 de junho, em

São Paulo, para discutir as distintas metodologias na elaboração de Índices de Desenvolvimento Municipais.

No encontro, realizado no IPEA e na Fecomércio-DF, estiveram presentes 28 representantes de instituições de planejamento, pesquisa e estatística de 21 unidades da federação.

(\*) Eliane Menezes é jornalista da Codeplan

### Relação das entidades presentes

- |               |               |
|---------------|---------------|
| - ANIPES      | - IJSN/ES     |
| - CEPERJ/RJ   | - IMB/GO      |
| - CEPRO/PI    | - IMESC/MA    |
| - CODEPLAN/DF | - IPARDES/PR  |
| - CODEPE/PE   | - IPEA        |
| - EMPLASA/SP  | - IPECE/CE    |
| - ETENE/BNB   | - SDU/SP      |
| - F.SEADE/SP  | - SEI/BA      |
| - FBSP/SP     | - SEPLAG/SE   |
| - FEE/RS      | - SEPLAN/AC   |
| - FJP/MG      | - SEPLAN/AP   |
| - IBGE        | - SEPLAN/MT   |
| - IDEME/PB    | - SEPLAN/RR   |
| - IDESP/PA    | - SEPLANDE/AL |



## Codeplan promove reunião com prefeitos da AMB

*Um dos principais resultados do encontro com prefeitos dos municípios da Área Metropolitana de Brasília foi a decisão de realizar a PMAD, que fará pela primeira vez uma radiografia da área*

(\*) Eliane Menezes

A implementação de Acordo de Cooperação Técnica – que prevê a realização de oficina de capacitação de servidores dos municípios metropolitanos na elaboração de propostas para captação de recursos e a aprovação do Plano de Trabalho da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD) – foi objeto de discussão do Encontro com os Novos Prefeitos e Prefeitas da AMAB, realizado na Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), no dia 24 de janeiro deste ano.

### Acordo de Cooperação Técnica

*O Acordo de Cooperação Técnica foi assinado pelo Governador Agnelo Queiroz, o secretário de Estado-chefe da Casa Civil do DF, Swedenberger Barbosa, o secretário da Região Metropolitana do DF, Arquicelso Bites, o então secretário do Entorno de Goiás, André Clemente, o presidente da Codeplan, Júlio Miragaya e o presidente da Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília (AMAB), José Netto, em 20 de novembro de 2012, último dia do seminário **Perspectivas para o Desenvolvimento da Área Metropolitana de Brasília**, realizado no auditório dos Correios e Telégrafos. O encontro foi uma oportunidade para se discutir os problemas da região e apontar soluções para melhorar as condições de vida da população.*

Ao abrir a discussão, o presidente da Codeplan, Júlio Miragaya, afirmou que o Governo do Distrito Federal vai intensificar a relação com os municípios da Área Metropolitana de Brasília (AMB), cujo desdobramento é a implementação do Acordo de Cooperação Técnica firmado no Seminário Perspectivas para o Desenvolvimento da Área Metropolitana de Brasília, em 20/11/2012. Segundo Miragaya, foi uma demanda do governador, face a disponibilidade da Codeplan em atuar na área metropolitana e da percepção de que o planejamento só será completo se for integrado, a exemplo do que ocorre em outras metrópoles.

No que se refere às ações articuladas, o representante da Secretaria-Geral da Presidência da República, Ricardo Pontes, afirmou que serão trabalhadas algumas linhas de ação com os 11 municípios limítrofes com o Distrito Federal. Destas ações, destacam-se três eixos. O primeiro é a atenção voltada aos catadores de lixo. O segundo é o aperfeiçoamento do programa dos objetivos do milênio e o terceiro é a atuação nas ações de combate à violência, considerando que, dos 132 municípios brasileiros com alto índice de violência, cinco estão na AMB: Luziânia, Valparaíso, Novo Gama, Águas Lindas e Formosa.



Segundo o presidente da Codeplan, a Companhia está absolutamente preparada para realizar a PMAD. “Devemos ser criativos para superar as dificuldades. Em 2011, conseguimos realizar a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) em 30 regiões do DF e estamos já realizando a PDAD/DF-2013. É um compromisso nosso realizar a PMAD, irmã gêmea da PDAD”.

### Parceria Entorno e DF

A parceria entre o DF e prefeituras da área metropolitana tem sido constante e apresenta uma nova forma de se pensar a AMB. “Há entendimento do governador Agnelo Queiroz de que a área metropolitana não se restringe somente ao Quadrilátero do DF. O problema do chamado “Entorno” é também do Distrito Federal”, disse Arquicelso Bites, secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Distrito Federal.

André Clemente, então secretário de Estado Extraordinário para o Entorno do DF<sup>1</sup>, declarou que serão grandes os resultados econômicos para a região. “Este é um momento feliz, uma vez que os governos do Distrito Federal e de Goiás estão colocando as necessidades no mesmo patamar. O trabalho que o presidente da Codeplan está fazendo é o de chamar os parceiros, treinar as pessoas, e o trabalho começa aqui, pois a população do Entorno já não aguenta mais”, desabafou Clemente.

Na parte da tarde, o secretário de Saúde, Rafael Barbosa, abordou o sistema de saúde pública na AMB. Disse que os problemas na área são complexos devido à grande demanda dos moradores da AMB, sobrecarregando os hospitais de Brasília. Até o fim do ano, serão inauguradas 14 Unidade de Pronto Atendimento (UPAs) e será dada ênfase na cobertura de atenção primária à saúde dos moradores do Distrito Federal, que também beneficiará moradores da AMB. Em Samambaia, serão construídas mais

seis clínicas da família até o final do ano de 2013, além das duas UPAs em andamento, nas quadras 302 e 831.

O secretário disse também que está prevista a reforma da maternidade do Hospital Regional de Samambaia (HRSam) dentro das diretrizes preconizadas pela Rede Cegonha. Hoje com 28 leitos, será ampliada e contará com 42. O projeto inclui também a reforma da ambientação do centro de parto normal. Por último, o secretário acrescentou que o HRSam realiza uma média de 350 partos por mês e, com a reforma, vai aumentar a capacidade, podendo realizar até 420. “Samambaia contará com 11 clínicas da família, o que representa um grande investimento em Saúde da Família. O DF é a única unidade da Federação a ter 100% de prontuários eletrônicos, com toda a rede informatizada”, concluiu Barbosa.

(\*) *Eliane Menezes* é jornalista da Codeplan

## Encontro de prefeitos e secretários

No encontro, representaram Planaltina, o prefeito José Olinto Neto (também presidente da AMAB) e o diretor de Convênios, Fernando Almeida Borges; Valparaíso de Goiás, a prefeita Lucimar Conceição do Nascimento e Cláudia Passos, secretária Extraordinária de Articulação Administrativa; Cidade Ocidental, a prefeita Giselle Cristina Araújo e a vereadora Kedma da Silva; Santo Antônio do Descoberto, o prefeito Itamar Lemes de Prado, o secretário de Governo, César Martins, o diretor de Projetos, Emerson Pereira e o vereador Júlio Alisson; Cristalina, o prefeito Luiz Carlos Attie; Luziânia, o vice-prefeito, Didi Viana e o secretário de Governo, Rubens Soares; Novo Gama, o engenheiro da seção de projetos, Danilo Leão e a assessora de Projetos Técnicos, Cheila Aparecida da Silva; Águas Lindas de Goiás, o secretário de Planejamento, Francisco Nilson e o arquiteto Edilson Mourão; Formosa, o secretário de Planejamento, Eustáquio Lacerda e o secretário de Governo, Marcelo Magalhães; Padre Bernardo, a secretária de Administração, Luiza Gonzaga da Silva e o secretário de Juventude e Trabalho, Jonathan Telles; Cabeceiras, o vice-prefeito, Joaquim Sobrinho; a representante da Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília (AMAB), Adriana Souza; da Sudeco, Cilene Batista; o secretário do Entorno do DF, Arquicelso Bites, e o de Goiás, André Clemente; o representante da Secretaria-Geral da Presidência da República, Ricardo Pontes, além de assessores das prefeituras e empregados da Codeplan.

## Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD)

A PMAD está fazendo uma radiografia socioeconômica da região metropolitana, levantando pontos importantes como as características da unidade familiar, serviços domiciliares, locais de compra, características gerais dos moradores, segurança, aspectos culturais, educação e rendimento para a elaboração de políticas públicas na região. A PMAD, semelhante à PDAD, realizada desde 2004 pela Codeplan, começou a sair do papel com o treinamento oferecido pela Companhia, nos dias 11, 12 e 13 de março, com a participação dos municípios de Padre Bernardo, Cristalina, Luziânia e Santo Antônio do Descoberto.

Na 2ª etapa do treinamento, de 18 a 20 de março, participaram Águas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás e Alexânia. Em abril, o treinamento está sendo realizado com a equipe da Cidade Ocidental, de Formosa, do Novo Gama e de Planaltina de Goiás.

Para realizar a pesquisa, estão envolvidas mais de 100 pessoas entre agentes de coleta, supervisores, checkadores, analistas, críticos, além da verificação da consistência dos dados. São 73.047 domicílios urbanos da AMB, participando da amostra 8.750 residências. A base de amostragem é o Cadastro de Endereço para Fins de Estatísticas (CNEFE), produzido pelo IBGE.

<sup>(1)</sup> Hoje, esta pasta foi transformada em Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento do DF, ocupada por Gilvan Máximo.

# Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha.

Mais uma obra de arte na cidade que é um museu a céu aberto.



O Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha será muito mais do que um estádio de futebol. Será uma arena multiuso, com shows, eventos nacionais e internacionais, e exposições. Além disso, o estádio poderá ser o primeiro do mundo a receber o certificado máximo de sustentabilidade: 80% da água utilizada na arena será captada da chuva e a energia produzida no estádio vai ser capaz de iluminar 2 mil residências. É o GDF contribuindo para a preservação do meio ambiente e gerando mais qualidade de vida para você.

[www.gdfdiaadia.df.gov.br](http://www.gdfdiaadia.df.gov.br)



Secretaria  
Extraordinária  
da Copa



# EMPRESÁRIO, FAÇA SEU NEGÓCIO GIRAR. FEIRA DO EMPREENDEDOR 2013



A Feira do Empreendedor 2013 está chegando com muitas novidades. São oportunidades exclusivas e inéditas para você **innovar** o seu negócio e crescer com criatividade e **sustentabilidade**. Não importa se você é um empreendedor individual, se o seu negócio é micro, pequeno, formal ou informal: a Feira do Empreendedor vai te surpreender. Não perca!

De 21 a 24 de agosto  
no Centro de Convenções  
Ulysses Guimarães.



**SEBRAE**